



VILA CONCEIÇÃO
PROPOSTA DE REABILITAÇÃO PARA TURISMO EM
ESPAÇO RURAL

Beatriz Cidade Medeiros Camacho

Tese orientada pelo Professor Arqt. **Hélder Carita** e
co-orientada pelo Professor Arqt. **Pedro Rodrigues**

Tese submetida por requisito para grau de
Mestre em Design de Interiores

2015

Dissertação apresentada em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau Mestre em Design de Interiores na Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, sob a orientação do Professor Arqt. Hélder Carita e co-orientação do Professor Arqt. Pedro Rodrigues, no ano de 2015.

Agradecimentos

A realização desta tese de Mestrado foi um percurso longo que só foi possível com o suporte e amizade de pessoas que me acompanharam nas diferentes etapas e às quais gostaria de agradecer:

Ao Professor Arqt. Hélder Carita pela orientação desta tese, pelo impulso dado no início da investigação e pelos seus conhecimentos que partilhou ao longo deste processo.

Ao Professor Arqt. Pedro Rodrigues pela co-orientação da etapa de projeto e pelo interesse genuíno que sempre demonstrou pela temática apresentada. Pelo incentivo de fazer mais e melhor e pelo ânimo dado nesta última fase.

À Professora Carla Santos Pousa que nesta última etapa disponibilizou-se tão gentilmente para, minuciosamente, rever e corrigir o trabalho final.

À minha família, que sempre esperou o melhor de mim sem nunca exigir nada. Pelo apoio e suporte constante ao longo de todas as etapas da minha vida, pois sem eles nada teria sido possível concretizar. Especialmente aos meus pais e avós que me transmitiram valores morais imprescindíveis em todo este caminho percorrido até hoje.

Ao Hernâni Ponte, pelo companheirismo, paciência e incentivo imutáveis ao longo destes anos, em especial numa etapa tão importante. A sua intenção irrefutável em que tudo decorresse pelo melhor constituiu no alento necessário para continuar.

Resumo

O objetivo e tema principal deste projeto é o desenvolvimento de uma proposta de construção/reabilitação de um torreão geminado com uma habitação, Vila Conceição, para Turismo em Espaço Rural, que funcionará como subdivisão de Casa de Campo.

As mais valias da concretização deste projeto seriam vastas para a Região Autónoma dos Açores, nomeadamente económico, patrimonial, social e cultural. Considera-se um dever de todos manter incólumes várias tradições, como cultural, histórica e arquitetónica, por forma a manter a autenticidade e essência após as intervenções sofridas, objetivo esse que foi cumprido.

No decorrer deste projeto foi necessário perceber o quotidiano das pessoas, à época e na atualidade, no meio onde se insere o caso de estudo e compreender e assimilar, para o desenvolvimento do projeto, as características e subdivisões do Turismo em Espaço Rural. Foram elaboradas entrevistas de modo a consolidar informação indispensável para a compreensão de fatores fundamentais.

Após um estudo cuidadoso, ao empreendimento para o terreno onde se insere a Vila Conceição, foi possível demonstrar que a proposta apresentada para a Vila Conceição era inteiramente viável.

Palavras Chave: Açores, Natureza, Paisagem, Rural, Turismo, Reabilitação, Cultura, Habitar, Arquitetura Rural, Harmonia, Pedra

Abstract

The main purpose and the main theme of this project consist in the development of a proposal for the construction and rehabilitation of a twin turret with a house, Vila Conceição, in Rural Tourism, and will work as a subdivision of the country house.

The benefits that will be acquired with this project should be vast to the Autonomous Region of the Azores, especially at an economic, patrimonial and social level. It is a duty from all people to maintain unscathed the various traditions, such as the cultural, the historical and the architectural, in order to keep the authenticity and the essence after the interventions that were made and the objective was attained.

During the process it was necessary to understand the daily life of the people back in time and also in our days in the environment where this study was undertaken, so in this way we could understand the main characteristics and subdivisions of the Rural Space in Tourism. There were made interviews so we could consolidate vital information to the understanding of fundamental factors.

After a careful study, and with the undertaking to the property where Vila Conceição is located, it was possible to demonstrate that the proposal presented to Vila Conceição was entirely reliable.

Key-Words: Azores, Nature, Landscape, Rural, Tourism, Rehabilitation, Culture, Live, Rural Architecture, Harmony, Stone

Índice

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1	10
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA	
1.1 Arquipélago dos Açores	
1.2 Ilha de São Miguel	
1.3 Concelho de Ribeira Grande	
1.4 Freguesia do Pico da Pedra	
CAPÍTULO 2	29
FORMA DE HABITAR - HABITAÇÃO E TIPOLOGIAS	
2.1 Construção Vila Conceição	
2.2 Estado de Conservação	
2.3 Comparações Construtivas	
CAPÍTULO 3	47
TURISMO EM ESPAÇO RURAL	
CAPÍTULO 4	59
PROPOSTA DE REABILITAÇÃO DA VILA CONCEIÇÃO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
BIBLIOGRAFIA	75
ANEXO	79

Introdução

Turismo em Espaço Rural será o objeto principal e tema deste projeto que desenvolverá a proposta de construção/reabilitação de um torreão geminado com uma habitação que funcionará como subdivisão da Casa de Campo.

A ideia de propor a reconversão de um espaço abandonado num espaço propício para Turismo em Espaço Rural reside nas mais-valias que a concretização desse projeto poderá trazer para a região autónoma dos Açores a vários níveis, a saber, a nível patrimonial, económico e social. Um projeto desta envergadura gerará, inevitavelmente, a criação de novos postos de trabalho, atrairá turistas que vêm em busca de conhecimento, de aprendizagem cultural e social, de aventura e, sobretudo da paz e tranquilidade que encontrarão no seio da natureza num espaço agradável e confortável.

Todavia, embora se pense em modernizar, inovar e transformar, considera-se que é um dever de todos os cidadãos manter intactas várias tradições, não só culturais e históricas como também arquitetónicas, e manter a sua autenticidade, a sua essência, após alguma intervenção. Esse foi o objetivo primordial. Portanto, antes de se iniciar o projeto, optou-se pela realização de um modelo de entrevista, colocando algumas questões acerca da viabilidade do projeto, do tipo de construção já existente e, sobretudo, se as ideias que fervilhavam no projeto de Turismo em Espaço Rural se coadunavam com as construções existentes no espaço circundante. Através deste método foi possível compreender a viabilidade da execução do presente projeto.

Antes de encetar pelos caminhos da descrição da concretização do objetivo proposto, considerou-se importante contextualizar o espaço quer em termos históricos quer em termos geográficos. Assim, optou-se por partir do geral para o particular, fazendo uma breve apresentação do Arquipélago dos Açores, desde o seu avistamento até aos primeiros povoados; da ilha de São Miguel, onde se destacam algumas características peculiares e a arquitetura de produção; do concelho de Ribeira Grande, particularmente a freguesia do Pico da Pedra. Neste subcapítulo far-se-ão referências a questões da génese do povoado, do seu desenvolvimento económico e da zona de vivência permanente e suas implicações.

Um estudo que permitisse perceber os hábitos de vida das pessoas do meio onde se insere o caso de estudo foi fundamental. Perceber de que modos vivem, quais os seus meios de subsistência, como gerem o seu cotidiano e como armazenam os produtos que retiram da terra, as suas produções agrícolas... A relevância deste estudo tinha por base aferir da utilidade do torreão na habitação geminada do projeto em causa, para armazenar o que se produz no terreno circundante.

Paulatinamente foi nascendo uma ideia que se desenvolvia e crescia à medida que as características do espaço se iam tornando reais. Vila Conceição, com a sua torre geminada à habitação, nasce depois de se perceber o seu estado de conservação, de se fazerem quatro comparações tipológicas e arquitetónicas de modo a perceber as semelhanças ou diferenças com as zonas rurais adjacentes, de se perceber como operavam

e qual a funcionalidade da arquitetura de produção que com a proposta do projeto seria, ou não, uma mais-valia a implementar no terreno.

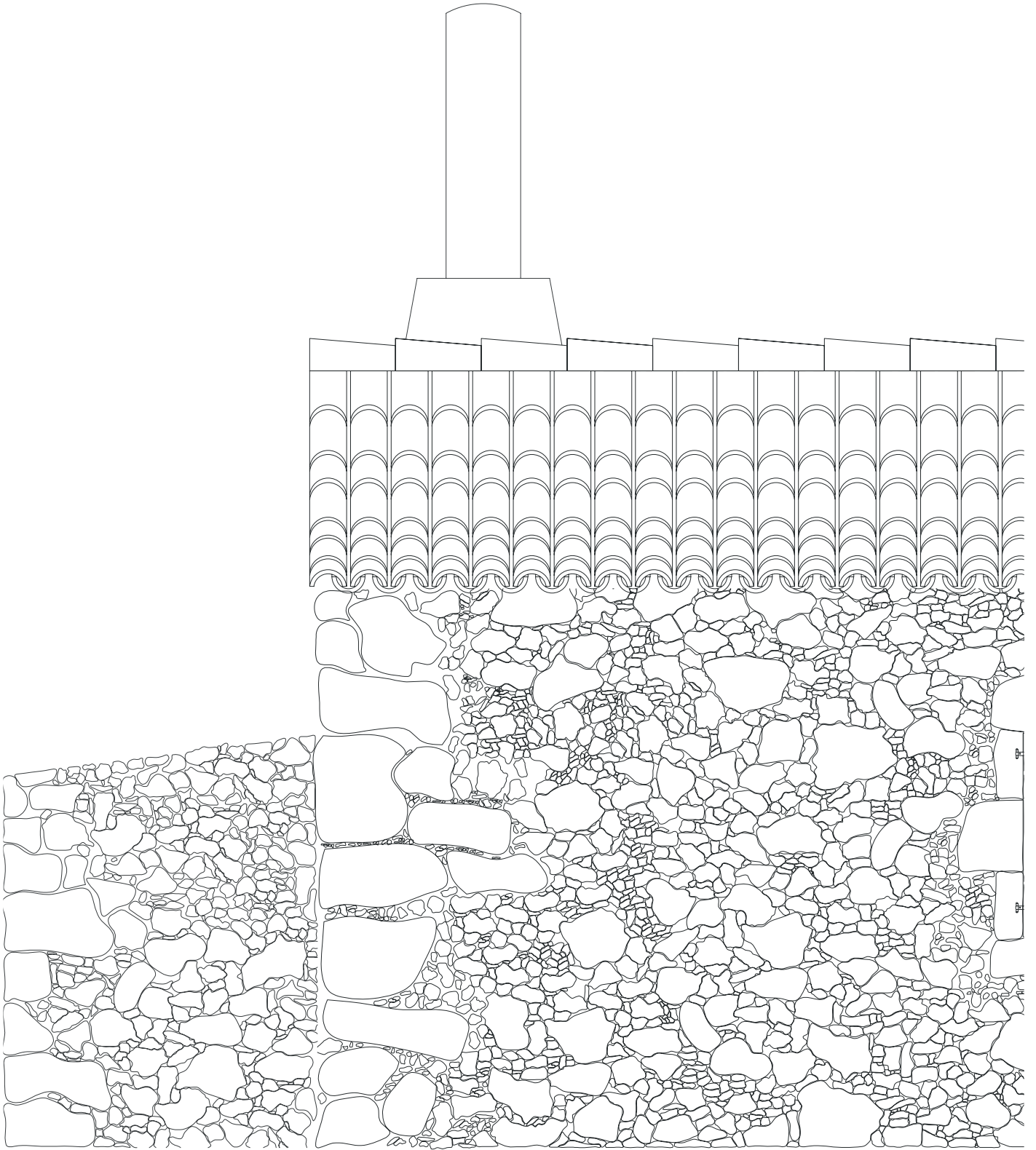
O Turismo em Espaço Rural e as suas subdivisões são indispensáveis para a compreensão e desenvolvimento do presente projeto e, como já ficou dito, juntamente com as entrevistas, foi possível assimilar questões importantes para elucidar e deslindar no decurso do projeto. O Turismo em Espaço Rural apresenta características muito próprias que não se compaginam com as modalidades do turismo convencional.

Na definição e concretização deste projeto que aos poucos ganhava vida, foram tidos em conta documentos e orientações fundamentais como A Carta de Veneza - sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios -, A Carta de Bruxelas - sobre o papel do património na economia -, A Declaração de Viena - sobre o incentivo ao património em período de recessão económica - e A Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (D.G.A.D.R.).

No que respeita a área de Turismo em Espaço Rural pode afirmar-se que atualmente existem vários exemplos de construções que fazem parte das subdivisões deste campo, nomeadamente Casas de Campo, onde se insere singularmente o presente projeto, Turismo de Aldeia, Agroturismo e Hotel Rural. A variedade de construções e de empreendimentos é bastante vasta e podem encontrar-se não só casas, como moinhos, transformados ou reconstruídos para exercerem a função pedagógica de dar a conhecer a cultura e a história dos locais onde se encontram paisagisticamente integrados. Neste caso, o objetivo é o armazenamento da produção, e a de receber turistas com o interesse imutável de instrução, pesquisa, descanso e inserção num meio e numa realidade que não são, de todo, os seus habituais.

O exaustivo estudo efetuado demonstrou/comprovou que a proposta de projeto de reabilitação da Vila Conceição e sua conseqüente transformação em Turismo em Espaço Rural, Casa de Campo, era absolutamente viável. A apresentação de exequibilidade nas várias áreas, económica, cultural e social estavam em total consonância com a documentação supra referida.

No último capítulo apresentam-se questões de reabilitação da Vila Conceição, concretamente uma proposta que se traduziu, para a Vila Conceição, num projeto bi e tridimensional, que teve em conta um design inclusivo. Para o terreno onde se insere o empreendimento proposto foi elaborado um enquadramento com a intenção do projeto, que se traduziu num conjunto de medidas fomentativas que englobam todo o terreno, nomeadamente novas construções arquitetónicas, como habitações e loja/bar.



1

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA

Para que o projeto Vila Conceição e o torreão geminado com uma casa seja cabalmente estudado e compreendido, é necessário contextualizá-lo histórica e geograficamente focando os itens por ordem cronológica de acontecimentos, tendo sido delineada a sua organização do geral para o particular.

O propósito de utilização destas informações e desta forma dispostas, em que nos aproximamos da localização exata do caso de estudo, dá-nos a percepção diacrónica de como se vivia, quais eram as atividades do cotidiano e de como se sustentavam com as atividades exercidas.

1.1 | O Arquipélago dos Açores

O arquipélago dos Açores (fig. 1) localiza-se, isolado, na zona central, a Norte do Atlântico. A posição da crista dorsal média do oceano e a forma de junção tripla - com a configuração em 'T' das placas (fig.2), americana, africana e eurasiática - fazem com que a atividade sísmica e vulcânica tenha uma forte presença podendo, por vezes, causar catástrofes.

A origem sísmica está presente de diversas formas como é o caso das rochas, que apresentam várias tonalidades que vão desde o matizado vermelho ao negro; do relevo, onde, por vezes, devido ao seu tamanho, são bem perceptíveis os cones vulcânicos e crateras originadas pela atividade vulcânica. São principalmente as águas das belíssimas lagoas que preenchem as zonas das antigas crateras (fig.3).

A localização marítima do arquipélago confere-lhe características ambientais próprias e possibilitam a clara distinção das nove ilhas, de um modo peculiar. Ao longo do ano, a temperatura é amena, a humidade é elevada e a chuva é frequente. São traços do clima típico do arquipélago. Estas e outras características refletiram-se na geografia física e, de alguma forma, influenciaram a ocupação humana.

Os Açores estão constantemente sob a influência do Anticiclone Subtropical, o que faz com que o ambiente tenha um elevado grau de humidade em todas as estações. Pode constatar-se e visualizar-se este fator até aos 1000-1500 metros de altitude onde o ar é húmido, fresco e muito instável. Acima desta altitude, o ar é mais seco, mais espesso e relativamente mais quente, comparativamente com as zonas mais baixas.

Sob a influência constante do anticiclone, a expressão corrente do povo de que “fazem as quatro estações do ano num só dia” contribui para o místico fascínio das ilhas açorianas.

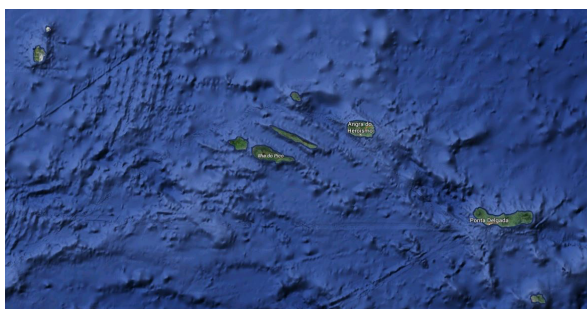


fig.1 | Organização do Arquipélago dos Açores

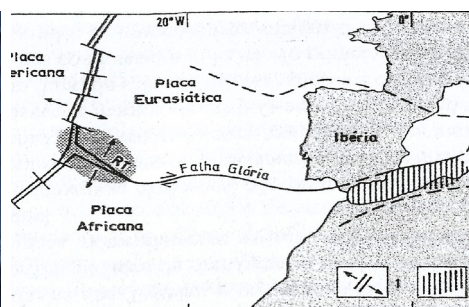


fig.2 | Quadro geotectónico dos Açores
RT - rifte da Terceira (a macha oval sublinha a área ocupada pelo arquipélago)

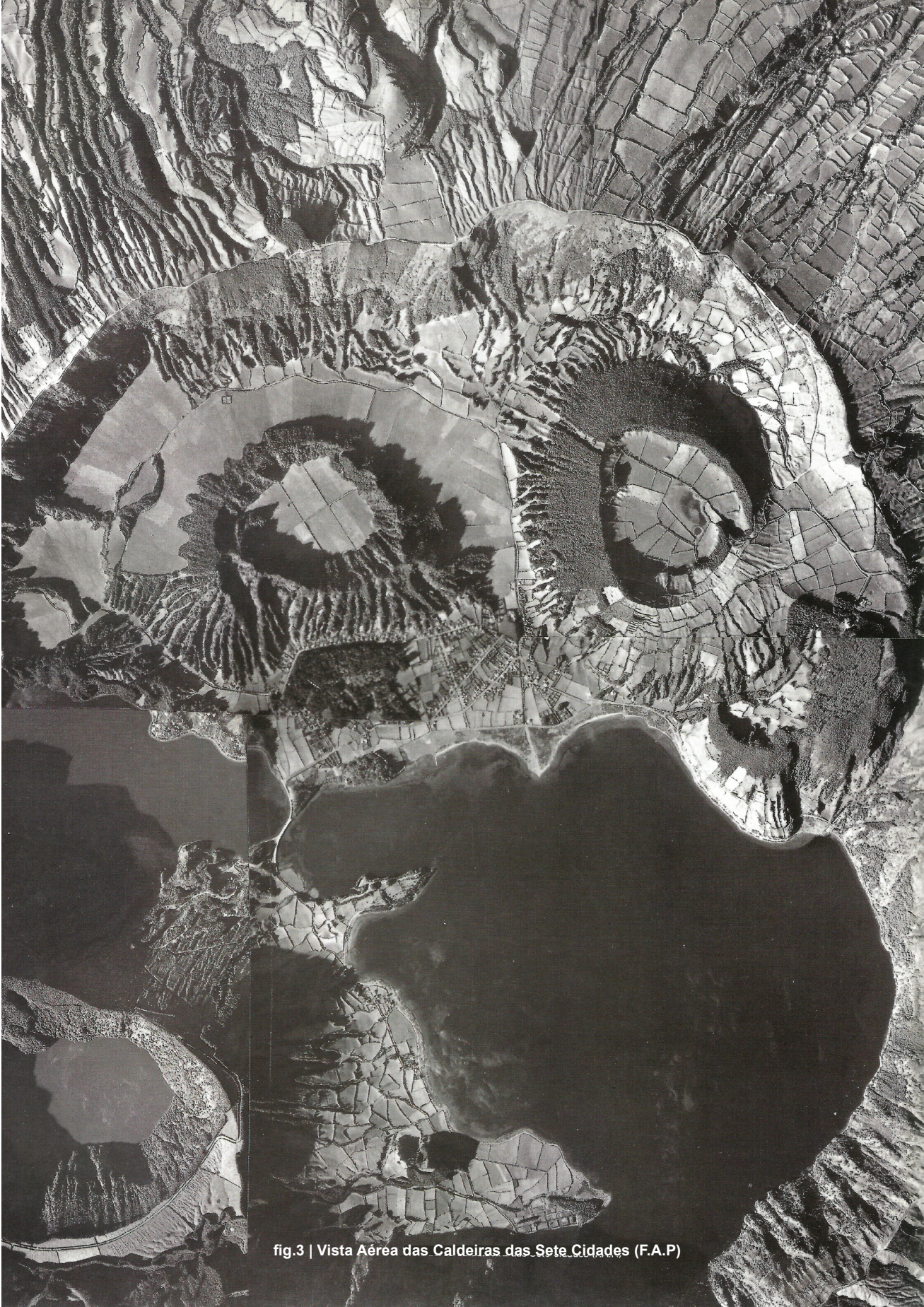


fig.3 | Vista Aérea das Caldeiras das Sete Cidades (F.A.P)

É interessante ver que, embora seja de outubro a março que as ilhas ficam mais dispostas a constantes chuvas, mesmo no verão as ilhas, com excepção de Santa Maria e Graciosa onde ocorre significativamente com menos frequência, registam alguma pluviosidade, não se tratando, assim, de uma estação quente e seca como acontece com outras regiões do país.

As nove ilhas do arquipélago distribuem-se geograficamente por três grupos: o Ocidental, formado pelas ilhas do Corvo e das Flores, o Central que compreende as ilhas Graciosa, Terceira, São Jorge, Pico e Faial e o Oriental que integra as ilhas de São Miguel e de Santa Maria. Ao grupo Oriental acrescentam-se os ilhéus das Formigas, que são um conjunto de recifes e rochedos, representando um dos locais mais importantes para a conservação da biosfera marinha.

A ilha mais remota é a de Santa Maria e foi ali que a atividade vulcânica deixou de se fazer sentir há muito mais tempo, não querendo isto dizer que se tenha extinguido, mas que se encontra inativa. Em todas as outras ilhas foram registadas erupções vulcânicas, ao longo dos anos estando, algumas, ainda bem presentes nas memórias do povo.

Historicamente, é na ilha de São Miguel que os centros eruptivos se observam com maior clareza, nomeadamente nas Furnas e nas Sete Cidades. Todavia, também noutras ilhas se encontram vulcões reconhecidos historicamente, nomeadamente o vulcão de Santa Bárbara situado na ilha Terceira, o vulcão dos Capelinhos na ilha do Faial e, na ilha do Pico, o tão afamado vulcão do Pico. É, em particular, na ilha do Pico que o pico do vulcão atinge os 2351 mil metros de altitude, fazendo deste o ponto mais alto de Portugal.

Ao longo dos anos e desde o povoamento, cerca de trinta e quatro erupções vulcânicas, não só terrestres mas também, submarinas, foram registadas. O banco de D. João de Castro que se encontra entre as ilhas de São Miguel e da Terceira é o epicentro mais conhecido. A erupção mais conhecida terá sido a de 1630 na ilha de São Miguel, que terá matado uma centena de pessoas na zona de Ponta Garça. A erupção dos Capelinhos (fig.4) terá ocorrido há cerca de cinquenta anos na ilha do Faial. Esta teve início em 1957, prolongando-se até outubro do ano seguinte. Embora não tivessem havido vítimas mortais, muitas pessoas ficaram desalojadas e os prejuízos materiais foram avultados devido à queda de cinzas. O exemplo mais recente de uma erupção vulcânica terá ocorrido em 18 de maio de 1998 ao largo da ilha Terceira, perto da zona da Serreta (fig.5).

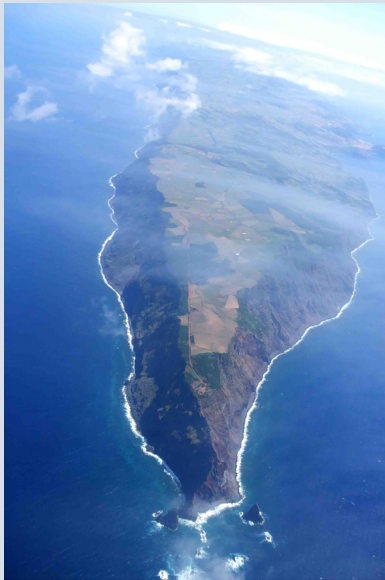
Como se poderá depreender do que acima ficou exposto, viver em zonas geologicamente ativas apresenta os seus riscos, mas há uma enorme consciencialização dos perigos, o que terá contribuído para a implementação de medidas de segurança, a fim de que o impacto de



fig.4 | Erupção do Vulcão dos Capelinhos



fig.5 | Zona Costeira - Ilha Terceira



uma possível catástrofe seja minimizado. Apesar de tudo, é uma tarefa tudo menos fácil, aliás é bastante complexa. As entidades responsáveis estabelecem com a comunidade científica e com os meios de comunicação uma estreita relação para garantirem a segurança das populações.

Dadas as características gerais comuns das ilhas, cada uma delas apresenta uma geografia física com algumas diferenças e, até, particularidades realmente interessantes a vários níveis, como por exemplo: os diversos estilos eruptivos, a sua posição e a própria morfologia, que se foram refletindo nos solos, nas rochas, no clima, no revestimento dos solos, entre outros.

Estas ilhas, avistadas ou visitadas, na antiguidade, por marinheiros fenícios, na idade média, pelos árabes ou, mesmo, pelos italianos, fosse ao serviço de Portugal ou não, o que é certo é que nunca tinham sido ocupadas antes que Portugal o fizesse.

No reinado de D. Dinis, a economia estava em crescimento e favorecida devido às negociações com regiões do Norte da Europa. Por sua vez, os conhecimentos náuticos dos portugueses desenvolveram-se devido ao comércio que, maioritariamente se fazia pelo mar e, posteriormente, evoluíram com a contratação do almirante Manuel Peçanha. No reinado D. Afonso IV, os descendentes do almirante iniciaram as visitas às ilhas Canárias, já conhecidas e reconhecidas pelos portugueses desde 1336, evidenciando que a navegação portuguesa já revelava desenvolvimento. Sabe-se que em 1436 a Madeira e Porto Santo se encontravam em fase de povoamento e os Açores em preparação de ocupação. Foi nessa época de receios de narrativas outrora contadas, que surgiram as caravelas, barcos modificados de forma a resistir à travessia do mar revolto. A caravela, composta por velas triangulares, ou velas latinas, a bússola proveniente do Oriente, o astrolábio que servia de orientação através dos astros, foi a combinação real do barco de pesca português com a nau genovesa¹.

Existem inúmeros aspetos que foram considerados, segundo consta no livro “História dos Açores - do descobrimento ao século XX”, no domínio da cartografia onde consta, em diversas cartas de diferentes datas, de figurações insulares localizadas a Norte do Arquipélago da Madeira e com representação de nove uniformidades semelhantes com aquilo que hoje são as ilhas Açorianas. Estas cartografias datam da era trecentista e quatrocentista, nomeadamente, no atlas catalão de 1375 na carta de Soleri, na carta de Macià de Viladestes de 1413 ou nos planisférios de Battista Beccario datados entre 1426 e 1435². Gaspar Frutuoso, no seu livro as Saudades da Terra, expõe 1432 como a data em que Gonçalo Velho Cabral terá descoberto os Açores³. Estas datas e outros exemplos podem ser encontrados, pois existem diversas versões do acontecimento. As datas do processo de descobrimento e povoamento não são exatas e eram muitas vezes confundidas e, na realidade, o processo era desenvolvido geralmente segundo três fases distintas. Numa primeira fase faziam o reconhecimento, de seguida largavam animais e por vezes alguma semente de forma a testar a fertilidade da terra e só numa terceira fase é que prosseguiam para a colonização humana⁴.

¹ DIAS, José Maria Teixeira, A História do Povo Açoriano. PUBLIÇOR 2011, pag.44

² MATOS, Artur Teodoro; MENESES, Avelino de Freitas; REIS, José Guilherme. *História dos Açores - Do Descobrimento ao século XX*, vol.I. Editora Instituto Açoriano da Cultura. Edição de 2008

³Revista 34.º Congresso Internacional de Urbanistas, Edição Especial. *Açores, Bem-Vindo!*

⁴CALDAS, João Vieira. *Arquitetura Popular dos Açores*. Lisboa:Ordem dos Arquitectos Maio de 2007, pag.

A primeira ilha a ser encontrada foi a de Santa Maria e foi também a primeira a ser povoada. A ilha de São Miguel terá sido a segunda que, possivelmente, terá sido avistada em alguma exploração pela ilha de Santa Maria. Seguiram-se as ilhas do grupo central começando pela ilha da Terceira, Faial, Pico, São Jorge e Graciosa. O grupo ocidental, composto pelas ilhas das Flores e Corvo, terá sido descoberto anos depois, por volta de 1452 por Diogo de Teive e pelo seu filho, durante uma viagem de exploração rumo ao ocidente⁵. Existe, também, algo fundamental e que não podia deixar de ser referido: a carta do rei D. Afonso V, datada de 2 de Julho de 1439 (fig. por intermédio da mãe e regente D. Leonor, em que este refere que o Infante D. Henrique terá mandado largar ovelhas em sete ilhas Açorianas e que as povoaria⁶.

À semelhança das datas dos descobrimentos dos Açores, também a origem de muitos povoadores não é unânime entre os estudiosos do tema. Em causa estão, principalmente, Portugueses vindos do Sul do Continente ou do Minho. Enquanto na obra *Arquitetura Popular dos Açores* se refere que é consensual, entre os historiadores, o facto de terem, também, chegado às ilhas estrangeiros como os flamengos, a obra de José Teixeira Dias, *A História do Povo Açoriano*, alude não haver consonância entre os historiadores, embora aponte que “Após vários estudos entre os quais sobressai o do flamenco Jules Mees, traduzido e publicado em Revista Michaelense pelo Marquês Jácome Correia, chegou-se à conclusão que nem o número dos flamengos foi tão grande como se pensava, nem a sua genealogia tão elevada como se apregoou.”⁷ Gaspar Frutuoso, nas Saudades da Terra, fala de 12 casais de mouros que chegaram à ilha de São Miguel, tal como Cristãos e Judeus, onde se terão refugiado para fugirem da Inquisição, que ali terá sido mais condescendente⁸.

A fixação dos colonos, qualquer que fosse a sua origem, fazia-se no litoral junto às praias ou enseadas aprazíveis, próximas a linhas de água. Com a expansão do povoado a alastrar-se pelas ilhas, foi-se desbravando terra e criando caminhos que interligassem os povoados. No entanto, a fixação das gentes continuava a ser nas terras do litoral, mas não costeiras, mantendo

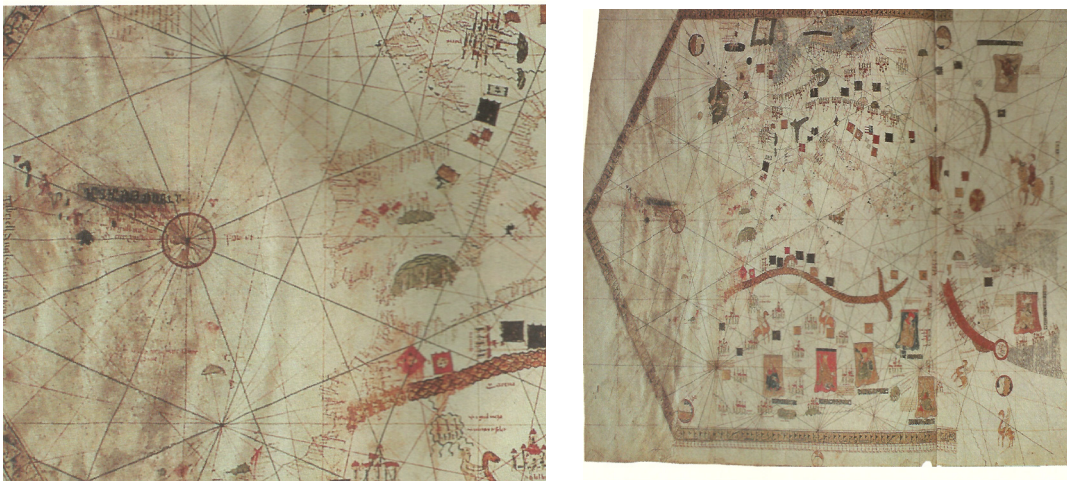


fig.6 | Mapa Portulano de Gabriel Valseca 1439

⁵ DIAS, José Maria Teixeira, *A História do Povo Açoriano*. PUBLIÇOR. Ponta Delgada 2011

⁶ CALDAS, João Vieira. *Arquitetura Popular dos Açores*. Lisboa : Ordem dos Arquitectos, Maio de 2007

⁷ DIAS, José Maria Teixeira, *História do Povo Açoriano*. PUBLIÇOR. Ponta Delgada 2011

⁸ *Ibid. Ibidem*

estas zonas mais centradas para o comércio marítimo que se desenvolvia aos poucos.

Na segunda metade de quinhentos, a demarcação e o arroteamento da terra eram feitos pelos proprietários encarregados de assinalar a terra com elementos concretos que metessem termos às terras. Estas demarcações eram, muitas vezes, realizadas com pedra ou com uma cruz em cima, depois de desbravar a terra, que consistia em roçar, esmontar, cortar, picar e, por fim, enfogueirar. Aqui se estabeleciam as suas áreas de exploração económica, nomeadamente, áreas de cultivo e produção.

Os assentamentos, áreas rurais e urbanos, podiam traduzir-se de diversas formas, tais como casa, casa com granel⁹, casa com granel e cerrado, entre outros. Relativamente aos muros de pedra, é de ressaltar que estes se encontram documentados nos inventários do património rural, desde 1508, como muro de pedra solta e sobreposta. Refira-se, ainda, que os muros, com o passar do tempo, serviam para proteger as produções e para preservar os campos e a invasão de terra alheia para roubo do gado. Esta construção, também, foi benéfica para a proteção de certas produções, como árvores de fruto, pois os muros de pedra mais altos tinham capacidade de quebrar os ventos fortes que, juntamente com o rocío proveniente do mar podiam prejudicar a produção, mesmo sabendo que, em condições extremas, estes de pouco podiam valer¹⁰.

1.2 | Ilha de São Miguel

A ilha de São Miguel, talvez por ser a maior, é a mais complexa e a que compreende mais diversidade, não só pela riqueza do seu relevo, mas pela diversidade de ocupação dos povoados. A primeira fixação de povoado terá sido feita na Povoação, já que seria um dos locais, no litoral, mais próximos da ilha de Santa Maria e que se encontraria mais abrigado. Porém, a constante dificuldade de comunicação, tanto para o interior da ilha como para a linha costeira, fez com que se começasse a pensar em deslocar algumas funções principais do local. Com estes constrangimentos, estabeleceram outras zonas, em diferentes ocasiões, onde o espaço era visivelmente aberto e mais favorável à comunicação, nomeadamente Vila Franca do Campo (fig.7).

Posteriormente, em 1522, depois de uma catastrófica erupção que terá deixado Vila Franca do Campo com excessivos danos, Ponta Delgada, ainda que sem muitas condições, passa a ser considerada cidade em 1546 e a representar o papel de capital.

No século XVI praticamente todos os lugares se encontravam definidos e habitados, com a exceção das Furnas (fig.8), tendo já sido criadas cinco vilas: em 1507, a Ribeira Grande; a Vila Franca do Campo anterior a 1508; Nordeste em 1514; Água do Pau no ano de 1515 e Lagoa em 1522¹¹.

⁹ “Edifício de apoio à actividade agrícola, construtiva e funcionalmente variável, que serve normalmente de celeiro e/ou sequeiro e/ou armazém. Em contexto urbano tem geralmente dois pisos, é construído em alvenaria de pedra e integra-se na frente de rua como se fosse uma habitação.” Caldas, João Vieira, Maio de 2007. *Arquitectura Popular dos Açores*. Lisboa Ordem dos Arquitectos.

¹⁰ MATOS, Artur Teodoro; MENESES, Avelino de Freitas; REIS, José Guilherme. História dos Açores - Do Descobrimento ao século XX, vol.I. Editora Instituto Açoriano da Cultura. Edição de 2008

¹¹ CALDAS, João Vieira. *Arquitectura Popular dos Açores*. Lisboa:Ordem dos Arquitectos Maio de 2007, pag.88



fig.7 | Vila Franca, vista ribeirinha



fig.8 | Vale das Furnas

Uma vez que o terreno do caso de estudo continha não só a arquitetura de produção, que era visível em toda a ilha, mas igualmente envolvia vários cultivos assim, torna-se necessário desenvolver um estudo breve sobre os cultivos, barracas de milho e graneis, que estão inseridos na arquitetura de produção.

Existiam vários meios de sustento das famílias, mas o mais importante e característico das zonas rurais era a agricultura. As condicionantes físicas e climáticas deram origem a um aumento do número de construções ligadas à actividade agrícola já que era extremamente necessário proteger e armazenar os produtos da terra.

Destaca-se em particular a cultura de milho embora a ilha seja bastante rica em produtos hortícolas, desta forma afirma-se que o milho é um dos produtos base da alimentação das gentes. Destacam-se dois elementos de construções rurais que fazem parte da grande maioria dos agregados rurais, os graneis¹² e as arribanas¹³. As construções de produção podem ser divididas em dois conjuntos: estruturas complexas - granel, cafua e cafuão - e de estruturas elementares - pião de erva¹⁴ e barraca de milho. As estruturas complexas, como aliás se pode depreender pela própria terminologia, evidenciam-se pela aparência fechada ou pela utilização predominante do seu interior. As estruturas elementares compreende-se pela aparência volátil que consiste



¹² Designação local que equivale a sequeiros.

¹³ O mesmo que palheiros noutras regiões do país.

¹⁴ Designação para meda de palha

maioritariamente por uma armação de varas.

O granel pode apresentar-se de duas formas, aberto ou fechada e isso varia de zona para zona da ilha considerando que normalmente onde existem graneis abertos não existem graneis fechados e vice versa, já nas zonas de transição observa-se o granel misto. Os graneis são considerados como celeiros simples com a funcionalidade de armazenar os produtos fornecidos pelo cultivo na terra. O granel aberto (fig.9), observado em abundância na parte mais oriental da ilha, é visivelmente distinguível e apresenta uma cobertura com telha de duas águas e uma estrutura de varas, assentes na maioria dos casos em pilares de pedra ou de alvenaria. Muitas vezes, ao centro, no interior, a armação é utilizada para a colocação de molhos de maçarocas. Já o granel fechado, observado com mais incidência na zona ocidente como na Relva e Capelas, é, como o nome indica, fechado, mas obrigando a que haja aberturas de vãos e a colocação de escadas que deem acesso aos topos destes graneis. Estes apresentam uma estrutura composta por uma armação de barrotes de madeira e é revestida de madeira colocada ligeiramente sobreposta para resguardar o que lá está armazenado.

As barracas de milho (fig.10), na sua maioria, encontram-se no agregado rural perto das casas e destina-se ao armazenamento das maçarocas até à colheita seguinte. Podemos distinguir os três tipos: a longitudinal, a piramidal (que varia dos três a quatro pés) e a piramidal entrecruzada. A longitudinal não é muito frequente, embora seja mais evidente nas zonas de Água d'Alto e Fenais da Ajuda. Esta consiste estruturalmente em duas varas predispostas na vertical que vêm a ser amarradas umas às outras e por sua vez os molhos de maçarocas são amarrados a estas varas. As barracas de tipo piramidal podem ser encontradas em várias zonas da ilha uma vez que esta construção se alastrou um pouco por toda a ilha, são visíveis em zonas como a Lomba da Pedreira, Capelas e Ponta Garça. Estas barracas são compostas por varas dispostas de forma a encontrarem-se no topo de modo a receber posteriormente os molhos. Já a barraca piramidal entrecruzada foi menos vulgar, apresenta-se com uma base estrutural de três ou quatro pés que convergem para uma cota mediana, destacando-se pela aparência robusta dos molhos de maçarocas.

O sequeiro do tabaco (fig.11), produzido à semelhança do milho no terreno onde se insere a Vila Conceição, tem uma presença bem mais marcante e corpulenta que os secadouros dos cereais. Estes sequeiros são evidentes com mais opulência em zonas como Água do Pau e Feteiras junto aos campos de cultivo. A estrutura é composta por varas de madeira com uma cobertura em madeira, de duas águas, ligeiramente sobrepostas e dispostas em forma de escama. Em alguns casos mais recentes observa-se a substituição destas tábuas por chapas de zinco. Uma vez que esta estrutura é mais robusta, as varas têm um espaçamento significativo e, de modo a conferir mais estabilidade a estas construções, unem-se obliquamente os módulos.

As cafuas (fig.12) são as mais elementares construções fechadas e aparecem pontualmente nos terrenos de cultivo, como na zona do Porto Formoso. Elas destinam-se ao armazenamento de produtos de cultivo e ocasionalmente sabe-se que poderia abrigar os trabalhadores. Estas têm uma estrutura simples que segue até ao chão de madeira com uma cobertura de duas águas, muitas vezes forradas de madeira ou de palha. O cafuão apresenta dimensões mais possantes e é observado em zonas como a Ribeirinha e Água Retorta. Pode apresentar-se construtivamente de madeira ou de alvenaria de pedra. O cafuão de amendoim é

constituído da mesma forma, mas enquanto a ramagem fica exposta a mudanças climáticas, as raízes e o fruto ficam virados para dentro para que armazenados, fiquem cobertos, protegidos e recebam ventilação na mesma.

Os piões de erva (fig.13), como sugere o próprio nome, servem para armazenar caules de milhos, diversos tipos de ramagens, fenos, palhas, entre outros. Podem ser avistados em várias zonas de Nordeste. São compostos por uma vara disposta na vertical onde vêm a pousar as diversas camadas do produto que lhe confere uma forma cônica.



fig.9 | Granel Aberto



fig.10 | Barraca de Milho



fig.13 | Pião de Erva



fig.11 | Sequeiro do Tabaco

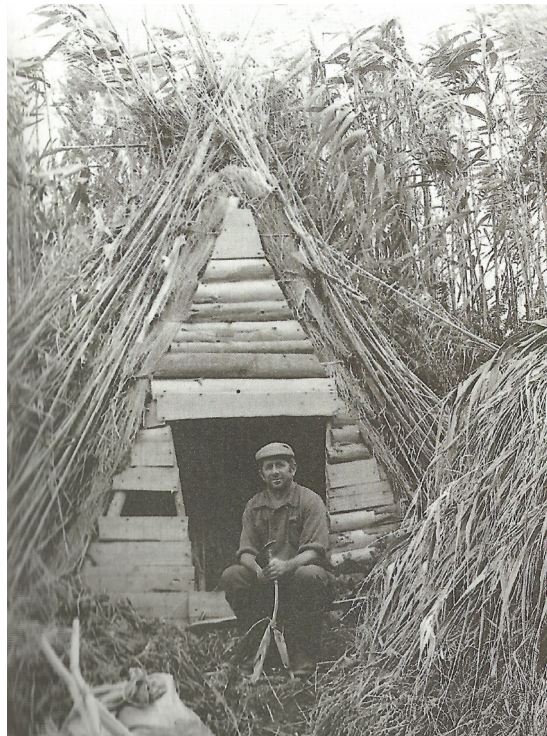


fig.12 | Cafua

1.3| Concelho de Ribeira Grande

O Concelho da Ribeira Grande (fig.14), que se situa e se desenvolve ao longo da costa norte da ilha de S. Miguel, tem uma relação com o espaço rural envolvente bastante vincada, possivelmente devido à sua posição geográfica.

Desde 1507 que a Ribeira Grande conhece povoados de classe mais elevada que aí possuíam gado e terras. De renome, sabe-se que Antão Rodrigues da Câmara, filho bastardo do capitão donatário Rui Gonçalves da Câmara¹⁵, ter-se-á ali instalado. Até à data de 1515 havia muito poucas construções, cerca de duzentos fogos, número que terá aumentado para oitocentos por volta de 1576 e, em 1593, o número de fogos terá aumentado para cerca de 1.237, o que se terá traduzido em cerca de cinco mil habitantes em todo o concelho. Este crescimento conduziu à necessidade da criação de paróquias. De referir que a ilha de São Miguel foi alvo de uma erupção precedida por sismos em 1563-1564, e muitas casas foram derrubadas no concelho e muita produção, nomeadamente milhares de moios de trigo se terão perdido. Este acontecimento terá tido maiores repercussões nas áreas económica e urbanística. Porém, décadas depois, o concelho teria recuperado e as terras, férteis, foram cultivadas e a agricultura do trigo, linho e pastel foram as que se destacaram na época.

No final século XVII e, ao longo do século XVIII, a nível urbano, edificações como quintas e novas ermidas foram associadas a algumas casas que já existiam da classe nobre. Foram-se estruturando malhas urbanas e os arruamentos diretos entre os extremos do povoado foram exequíveis, mas principalmente, funcionais. É principalmente nestes arruamentos que muitos edifícios antigos com características típicas dos anos seiscentistas e setecentistas estão presentes e visivelmente dentro do “estilo micalense”¹⁶.



fig.14 | Ribeira Grande vista geral

¹⁵ Capitão donatário da ilha de São Miguel entre 1474 e 1497, tinha como função - tal como todos os capitães, representar o rei pois este estava impedido de as ocupar. Esta informação foi retirada e conjugada de dois livros: o livro de Gilberto Bernardo Pico da Pedra - Percurso de um Povo (sécs. XVI-XXI) e do livro História do Povo Açoriano de José Maria Teixeira Dias

¹⁶ Entre os vários aspectos assinaláveis do património urbanístico e arquitectónico da Ribeira Grande destaca-se, pela qualidade, pela quantidade e pela variedade tipológica, um grupo de edifícios dispersos pela cidade mas imediatamente associáveis entre si pela semelhança dos elementos compositivos utilizados nas suas fachadas. Nestas há sempre uma estrutura formal classicizante que suporta motivos decorativos inspirados numa simbologia de origem popular. Foi Luís Bernardo Leite seus elementos estilísticos, delimitou a sua distribuição geográfica e, em consequência, adoptou e divulgou a designação de “estilo micalense”. Ribeira Grande São Miguel - Inventário do Património Imóvel dos Açores, edição Direcção Regional da Cultura (IAC) 2007

Durante oitocentos, até metade do século XX, o crescimento e a evolução da urbanização estagnou. Foi recentemente, nas últimas décadas, que se registou um novo crescimento a nível de urbanização e de edificações.

1.4 | Freguesia do Pico da Pedra

Situada no interior da costa norte da ilha de S. Miguel e integrada no concelho da Ribeira Grande, a freguesia do Pico da Pedra (figs. 15,16) está localizada a cerca de 2 km de distância do mar e a 8 km da cidade de Ponta Delgada.

Até ao ano de 1864 não existiam registos oficiais do número de residentes na freguesia. Apenas nos registos paroquiais se registou um aumento de população, posterior a 1833. Porém, na obra Saudades da Terra de Gaspar Frutuoso, citado por Gilberto Bernardo, no séc. XVI existia referências de nomes de pessoas seguidas do nome do lugar de origem, sendo o Pico da Pedra



fig.15 | Pico da Pedra



fig.16 | Pico da Pedra vista de oeste

um topónimo empregue em alguns nomes. “... gente nobre que veio a esta ilha, no tempo antigo, e de seus sucessores que agora moram nela” ... “No tempo do capitão João Rodrigues [iniciou a sua donataria em 1497, tendo falecido no ano de 1502] veio ter e morar na vila da Lagoa um homem nobre, castelhano, com sua mulher, a que não soube o nome, de que teve (...) filhos ... Bartolomeu Rodrigues, do Pico da Pedra...”¹⁷.

É possível que o início do povoamento da localidade de Pico da Pedra (fig.17) tenha ocorrido em meados do séc. XVI. Em 1864 contavam-se 2156 habitantes, registando um aumento de 195 residentes, no ano de 1900. É de referir que, nestes registos, a população das Calhetas estava incluída uma vez que, apenas em 1935, a 16 de Junho, o Pico da Pedra foi considerado apenas uma freguesia, pois até à data era considerado parte da freguesia do Senhor Bom Jesus de Rabo de Peixe¹⁸(fig.18).

A família Lopes Moniz é uma importante referência para o povo do Pico da Pedra, pois foi ela que proporcionou condições para o desenvolvimento da freguesia, nomeadamente condições de fixação efetiva e desenvolvimento espiritual.

Esta família veio para a ilha no tempo do Capitão João Rodrigues da Câmara com uma grande quantidade de terra no concelho de Lagoa¹⁹. Manuel Moniz foi quem possibilitou a construção da Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres (fig.19), mandando-a construir na terra que herdou da sua mãe. Acredita-se que o Pico da Pedra ter-se-á desenvolvido a partir da Ermida à semelhança dos povoados de antigamente que se faziam em redor dos Castelos ou Ermidas.

Devido ao crescimento dos habitantes da freguesia do Pico da Pedra, à degradação da Ermida construída por Manuel Moniz e com a distância da paróquia do Bom Jesus em Rabo de Peixe, as condições para a construção de uma nova paróquia eram favoráveis. Era fundamental que existisse um líder e o financiamento para a obra. Foi então que padre José Manuel Pereira, o



fig.17 | Mapa dos Limites da Freguesia



fig.18 | Rua em Rabo de Peixe com rede de pesca



fig.19 | Ermida Nossa Senhora dos Prazeres

¹⁷ FRUTUOSO, Gaspar. *Saudades da Terra*, Livro IV, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, pp. 130-133

¹⁸ GILBERTO, Bernardo. *Pico da Pedra - Percurso de um Povo (sécs. XVI - XXI)*; Edição Casa do Povo de Pico da Pedra 2007

¹⁹ FRUTUOSO, Gaspar. *Saudades da Terra*, p.82; Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998

primeiro cura do Pico da Pedra, começou a executar o projecto a 2 de fevereiro de 1802. Para a obra foram pedidos à Vila da Povoação madeiras para a armação, as quais vieram em três barcos. Foram precisos carpinteiros, cabouqueiros para a obra da torre, pedreiros e outros mestres. O corpo da igreja apenas foi concluído em 1804. Todo o financiamento para a sua construção esteve a cargo dos habitantes, na sua maioria, criadores de gado, agricultores e escolas. A bênção da igreja foi a 13 de setembro de 1807, mas ainda estava longe de ficar finalizada. Em 25 de julho de 1813, com a Capela ainda por concluir, deu-se a colocação do Santíssimo Sacramento²⁰.

No Pico da Pedra não existiam nascentes, e, no presente, também não as há. Com a falta de água até ao segundo quartel do séc. XIX, este era um grande problema para a freguesia. Devido à sua posição geográfica elevada, a abertura de poços não era possível. Se em tempo de chuvadas, como no inverno, os habitantes recolhiam em talhões a água da chuva, em dias que isso não era possível, a falta de água acentuava as míseras condições dos que lá residiam. Muitas vezes, os trabalhadores, após um dia exaustivo, tinham de agarrar em barris grandes, de 30 litros, e ir enchê-los. No entanto, quem não podia percorrer grandes distâncias, por vezes, chegava a dez quilómetros, pagava um dia de trabalho em troca de água²¹.

Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira tinha terminado o encanamento de água no ano de 1828, na sua residência da Quinta do Botelho, que foi mandada fazer da Serra de Água de Pau. Com a abundância de água nesta residência, António Medeiros terá reunido uma comissão de residentes da qual fizeram parte as pessoas mais qualificadas como José da Silva Oliveira, Manuel do Couto Nunes, António Caetano do Rego Calisto, possivelmente o Padre João Jacinto Raposo e, como porta-voz da comissão, estava António Augusto da Mota Frazão, ainda um estudante e colega de Amâncio Gago da Câmara²². No ano de 1835, abriram-se as valas para colocação dos canos de água e, em 24 de Julho de 1836, inaugurou-se a canalização da água potável e do respetivo fontanário.

Mais tarde, em 1876, o fontanário da Rua João Luís Pacheco da Câmara foi o segundo a ser construído por ação caritativa de uma residente em Ponta Delgada, cujo anonimato, à data, foi preservado a pedido da mesma. Já bem mais recentemente, o fontanário do Largo da Restauração foi construído porque a canalização existente estava bastante deteriorada, tendo sido inaugurado no ano de 1882.



Largo da Restauração



Fontanário, Rua João L. Pacheco da Câmara

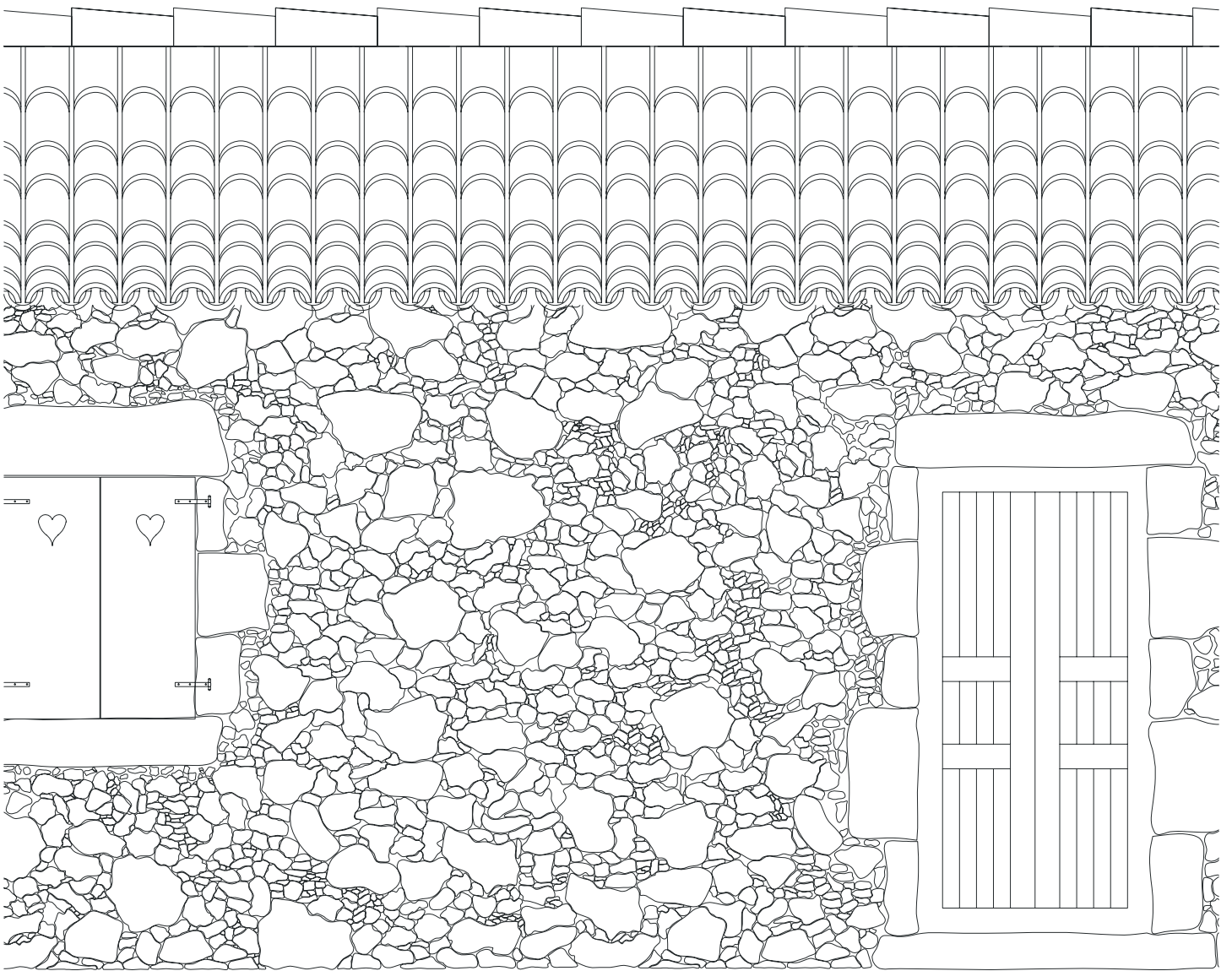


Fontanário, Largo do Trabalhador

²⁰ MENDONÇA, António Furtado de, Padre, *Memória do Pico da Pedra*, pp. 7-13, Junta de Freguesia do Pico da Pedra 1993, Depósito Legal: 67024/93

²¹ GILBERTO, Bernardo. *Pico da Pedra - Percorso de um Povo* (sécs. XVI - XXI); p.67. Edição Casa do Povo de Pico da Pedra 2007

²² BOTELHO, José Emídio, *Memórias da Água Potável da Freguesia de Pico da Pedra*, pp.9-10 e 80, Edição da Junta de Freguesia de Pico da Pedra



2

FORMA DE HABITAR
HABITAÇÃO E TIPOLOGIAS



Fotografia dos anos 50



Fotografia dos anos 90

Na ilha de São Miguel, a arquitetura está dividida em três zonas geográficas: ocidental, central e oriental (fig.20). Estas três zonas apresentam aspetos bem distintos a vários níveis: morfológico, povoamento, agregado rural e modelos de habitação e das próprias construções que lhes serviam de apoio.

Na parte mais a ocidente, que compreende as freguesias de Bretanha, Sete Cidades, Mosteiros e Feteiras, as habitações rurais são mais isoladas, embora sejam relativamente próximas. A zona central da costa norte integra as freguesias de Capelas até aos Fenais da Ajuda e a sul, desde a freguesia da Relva até à de Ponta Garça. Aqui, as ocupações são consideradas lote-a-lote, tendo as habitações sido construídas empena-a-empena caracterizando-as como um agregado compacto, e as construções de apoio ou de produção encontram-se nos quintais das respetivas casas. Estas características registam-se nas zonas mais planas, pois nas áreas mais montanhosas e irregulares já se verifica quase uma transição para a zona oriental. Na terceira parte, a oriental, que abrange diversos setores, os agregados encontram-se mais dispersos e as casas mais isoladas, protagonizando assim, uma zona mais heterogénea como é o caso, por exemplo, das freguesias de Ribeira Quente e vila da Povoação a sul, e Nordeste na costa norte.²³

Na freguesia do Pico da Pedra, no interior de um terreno, encontra-se a construção em estudo, a Vila Conceição. A casa está posicionada no terreno de forma que a fachada cega está virada a oeste e a principal, onde tem as janelas e as portas de acesso ao interior, está virada a este.

“Na terra era cultivado tabaco, milho, feijão, favas e amendoim.

Na parte mais alta havia duas viradas de vinha.”

(Marcolina Frazão Mota)

Com o processo de colonização das ilhas, foi necessário o trabalho de desbravamento e desbaste do denso arvoredo. Para a demarcação das terras recorreu-se ao material existente em abundância: pedras. Neste caso de estudo, as terras foram limitadas com pedras, formando muros.

Os muros altos reportam-nos para a época da laranja, nos séculos XVIII e XIX. Até então, os muros, devido às plantações e aos cultivos, não necessitavam de ser muito altos, atingindo aproximadamente um metro e meio. De referir que uma terra sem muros ou “destapada” nada rendia e, dificilmente, arranjava rebanho, pelo que as terras tinham de ser fechadas, para terem mais proveito.

O terreno, onde se insere a residência, está dividido em três fracções de diferentes dimensões, com muros de pedra que não ultrapassam um metro e meio de altura e com, aproximadamente, meio metro de largo. Através deste sistema de divisão, a facilidade de

²³ CALDAS, João Vieira. *Arquitetura Popular dos Açores*, pag.88, pag.118. Lisboa:Ordem dos Arquitetos, Maio de 2007



fig.20 | Mapa tipológico da habitação (escala 1:100000000)

gerir os cultivos e plantações era eficaz, porque no terreno não se semeava em toda a sua extensão a mesma cultura, uma vez que tal não seria viável.

A construção habitada, entre os anos 50 e 70 considera-se inserida num agregado rural, uma vez que existia uma pocilga, uma tolda de milho e um secadouro. Aquando da mudança de habitação, nos anos 70, a atividade agrícola foi gradualmente sendo menor, acabando por ser substituída pela criação de gado. Tal facto foi observado em muitos outros terrenos agrícolas semelhantes onde a tolda de milho, o secadouro e a pocilga caíram em desuso e se tornaram obsoletos. Neste agregado rural pode constatar-se que a habitação e as construções de armazenamento e de apoio não coabitam no mesmo volume. Assim, tem-se a habitação junto com o granel e as barracas de milho encontram-se no quintal que envolve a casa.

Inicialmente, aquando da escolha do terreno e habitação inserida no meio rural, pensava-se que os dois corpos que compõem a construção teriam sido construídos ao mesmo tempo. Contudo, com o decorrer do estudo concluiu-se, através do cruzamento de informações, nomeadamente - das entrevistas a Maria Ivone Calisto, descendente dos proprietários da Vila Conceição e a Marcolina Frazão Mota moradora da Vila Conceição entre 1950-70; da consulta de documentos da Conservatória do Registo Predial da cidade da Ribeira Grande - que os dois volumes datam de alturas diferentes, ou seja, o volume torreado é anterior ao que compõe um só piso.

“A parte mais alta da casa é mais antiga. Na parte de baixo, eles arrumavam os produtos da terra. Na parte de cima tinha uma cama e uma cómoda que os senhores costumavam usar depois do almoço para descansar. Ninguém dormia lá de noite, era só de dia quando iam para lá com os trabalhadores”

(Maria Ivone Calisto)

Maria Ivone Calisto era filha do senhor José da Silva Calisto Estrela, que era, na época, proprietário do terreno. Em 1940, o proprietário, acolhe e alberga o seu vinhateiro, Manuel do Porto, pai de Marcolina Frazão Mota, atual proprietária, na sequência de um

temporal que se abateu sobre a ilha e, por conseguinte, construiu o corpo de apenas um só piso.

Numa tentativa de saber a data das construções, através do mapa histórico de 1897, é visível a referência a uma construção situada no mesmo local, dentro da propriedade. Logo, pode pressupor-se que, nesta data, a edificação do volume torreado já existia assinalado no mapa. Através da Conservatória do Registo Predial da cidade de Ribeira Grande não foi possível encontrar nenhum registo anterior a 1959, referente à edificação do volume térreo. Em construções antigas é recorrente não existir registos, pois não era hábito os proprietários registarem os prédios, moradias, terrenos ou qualquer propriedade no seu próprio nome.

“A requerimento de José da Silva Calisto Estrela, casado, proprietário, morador no Pico da Pedra, se declara que este prédio tem a área de 146.26 ares (10 alqueires e 100 varas), de terreno, onde se acha edificada uma casa, com três quartos e cozinha, retrete e casa de lavar, e contíguo tem uma parte com cave e 1º andar com quarto, achando-se a parte urbana omissa na matriz predial, tendo sido feita a competente participação para a respectiva inscrição, em 4 de Abril corrente. (...)”

(Virgílio Borges Botelho, 1959)

Conforme se pode ler num trecho da citação acima transladada de um excerto do livro das descrições prediais, o redator, a descrever os componentes, não deixa dúvidas que, contígua à casa existe outra construção de primeiro andar e cave, deixando claro que o volume de piso térreo é a casa contígua ao volume torreado. Apesar dos dois volumes conterem o mesmo material, através de uma análise mais cuidada, podem observar-se evidências de uma quebra da continuidade de construção em dois dos alçados.

Uma vez que os dois corpos são de períodos diferentes e que não sendo, de todo, semelhantes é necessário elaborar uma descrição mais detalhada de ambos.

2.1 | Construção Vila Conceição

O elemento mais remoto das duas construções é o torreão composto por dois pisos, sendo que o inferior é semienterrado e o superior com uma cobertura de duas águas. A fachada nascente do torreão é composta por uma escada de acesso ao piso superior que combina uma porta de comunicação com o interior e por uma janela de peito. Já no piso inferior, semienterrado, existe um vão que está ao mesmo afastamento e dá acesso à porta por meio de três degraus - antes de existirem os degraus, o acesso era feito por meio de uma rampa de terra batida. No alçado Norte, a parede de pedra contém uma janela de peito no primeiro piso, centrada, e uma gateira²⁴ com a função de ventilação, tal como a existente na fachada principal. Neste alçado, podem observar-se duas pedras mais salientes e alinhadas verticalmente, em que a superior tem uma abertura ao centro, enquanto a inferior apenas tem uma pequena concavidade. Estas serviam para suporte

do mastro com a bandeira. A colocação da bandeira devia-se à posição que o torreão tem relativamente à linha de costa, já que outrora tal feito permitia a comunicação através de bandeiras, tal como funções de vigilância e proteção. O alçado poente não apresenta quaisquer vãos.

“Todas as quintas têm uma alta torre com mastro de bandeira, donde oscilam ao vento bandeiras e galhardetes em todas as ocasiões”

“A função emblemática e quase heráldica do mirante evoca situações militares que se inscrevem numa tradição construtiva de longa duração. Tanto no domínio do simbólico como no plano arquitetónico, aliam a tradição das construções militares a uma nova função de teor essencialmente recreativo.”

(Isabel Albergaria, Julho de 2000)

Foi na década de 50 que os donos do terreno construíram uma habitação contígua ao torreão. Esta construção, de planta retangular e cobertura de duas águas, contém apenas um piso onde, no interior, a cozinha, que ocupa um dos extremos, tem um forno saliente para o exterior e uma chaminé. Os dois volumes são geminados e não existe comunicação entre eles pelo interior. Pode encontrar-se no livro *Arquitetura Popular dos Açores*, a tipologia própria da habitação popular dos Açores e da ilha de São Miguel dessa casa que é semelhante à da freguesia de Arrifes. Inicialmente, na fachada principal



Torreão



Casa



União dos corpos



Vista Posterior do torreão e da casa geminada

²⁴ É um vão na parede que tem a função de ventilação e não contém vidros

²⁵ A pia consiste num tanque onde lava-se roupa

apenas havia a porta principal e duas gateiras de ventilação à direita. O alçado poente da construção é cego. O alçado sul continha uma porta de acesso centrada e à sua esquerda, em pedra, o corpo do forno. Referente ao interior observava-se uma divisão dos espaços elementar, em que à direita existia um quarto de cama e, como já havia sido referido em texto anterior, no extremo e restante espaço, a cozinha. De referir que esta separação dos espaços era feita com estrutura básica e forro em madeira.

Anos após a construção do corpo térreo, houve, por parte dos proprietários, a realização de alterações que couberam não só a este volume como também ao elemento contíguo a este, o torreão. Uma das construções feitas, no alçado sul, foi a criação de uma pia²⁵ para lavar roupa e uma retrete, até então inexistente, sob uma cobertura simples de um telheiro em chapa. Uma importante alteração foi referente à chaminé, uma vez que o fumo não saía corretamente, tendo assim sido construído em blocos de cimento um “pescoço de cavalo”.

O alçado que terá sofrido mais alterações foi o nascente. As pequenas gateiras de ventilação existentes ao lado da porta deram lugar a janelas similares às existentes no torreão. No que diz respeito à torre, o acesso ao piso inferior, que é semienterrado, deixa de ser feito por meio de rampa, passando a ter três degraus em pedra e o chão deixa de ser em terra batida para ser em massame de cimento. Ainda no torreão, o balcão era a descoberto e passou a ter duas colunas em pedra e um alpendre com uma estrutura em madeira, no seguimento da telha existente do torreão.

À semelhança do exterior, o interior também sofreu algumas alterações, principalmente pelo aumento do número dos elementos do agregado familiar. Assim, o espaço foi compartimentado, deixando de existir um quarto e passando a três – a parede do quarto existente passou a ser de blocos de betão à semelhança dos outros dois quartos que ocuparam parte do espaço da cozinha, fazendo com que esta tenha reduzido significativamente o seu tamanho. À exceção da cozinha, em que o chão permaneceu em terra batida, todo o chão foi cimentado. O torreão manteve-se com a mesma configuração no piso superior.

O piso semienterrado era usado para os animais que ali eram albergados. Aí existiam baias de forma a acomodar os cavalos e burros que eram utilizados pelos seus senhores aquando das suas deslocações aos solos de cultivo. Este espaço deixou de exercer essa função após a sua cimentação passando apenas a ser usado como o granel da casa.

Estes dois volumes são construídos em alvenaria de pedra em que apenas o alçado sul é rebocado. Os cunhais do torreão são notoriamente mais salientes comparativamente aos existentes na casa e as pedras são de maiores dimensões.

Na escada exterior, de acesso ao piso superior do torreão, os degraus são de pedra com uma ou mais pedras e de alturas irregulares, dispostas no sentido do cobertor. Foi rematado com cantaria a guarda da escada e o balcão com alpendre. No interior dos dois volumes, as paredes são rebocadas com barro e caiadas, com a exceção da cozinha que mantém à vista a parede de pedra.

No total, existem quatro portas de uma folha, duas no piso térreo e duas no

torreão. No alçado Sul, a ombreira e a verga da porta é rebocada e pintada a branco. No alçado Nascente, a porta é de duas folhas e a ombreira é composta por cinco pedras cada, devidamente aparelhadas. No torreão, tanto a porta que dá acesso ao interior do piso superior como a porta que dá acesso ao piso semienterrado, são em madeira. A porta do piso superior é de uma folha guarnecida de verga e ombreiras constituídas por quatro pedras à esquerda e cinco à direita que são as mesmas do cunhal da fachada norte do torreão. Existe, na porta, uma abertura quadrangular na sua metade superior e a soleira não se encontra à mesma cota que o chão do balcão. No piso semienterrado, a porta, igualmente de uma folha, tem uma abertura na metade superior de forma quadrangular. Esta tem forma em arco de volta perfeita no topo de forma a acompanhar o vão sob as escadas. O arco na fachada principal é composto por três pedras, as ombreiras por três pedras em que, à semelhança da ombreira do piso superior, a do lado direito são as pedras do cunhal da fachada norte. Estas pedras do cunhal são visivelmente mais robustas quando comparadas com as demais pedras da construção.

Na totalidade da construção, existem quatro janelas, duas pertencentes ao volume torreado e as restantes duas à casa. A janela do alçado nascente da torre é de batente com bandeira e duas folhas em caixilharia de madeira pintada a branco com portadas de madeira tal como no alçado Norte. A janela é guarnecida de verga, com peitoril e ombreiras grandes de três pedras cada, em que a do meio é assente no sentido da fachada contrariamente às restantes duas que são colocadas no sentido perpendicular à fachada. No alçado norte do volume torreado, a janela é semelhante à anterior embora esta ainda contenha as portadas de madeira com um coração centrado e recortado na metade superior. Relativamente às duas janelas do volume térreo, que são mais recentes, são idênticas às do torreão, com o mesmo sistema de batentes e com as respetivas portadas em madeira com os mesmos corações recortados, embora a janela situada à esquerda da porta central seja da mesma espessura da parede.

No que diz respeito à cobertura e estrutura do telhado, os dois corpos partilham da mesma lógica de asnas e forro de madeira. No torreão, as asnas têm um espaçamento aproximadamente idêntico. As asnas não apresentam nenhum pendural nem escoras, pois em comutação, existe uma segunda linha a meia cota. No que diz respeito às telhas, estas são de meia-cana tradicional e o cume do telhado tem um remate com uma fileira de telhões. O alpendre deu seguimento à inclinação da cobertura principal, como já havia sido referido, onde este vem a assentar nos dois pilares de pedra²⁶.

Relativamente à cobertura do piso térreo, esta é constituída por seis asnas, cinco delas estão espaçadas sensivelmente de igual forma, e a restante encontra-se duplamente espaçada devido à compartimentação primitiva da casa, onde a parede de madeira do quarto se apresentava com a altura do pé direito, desempenhando, desta forma, as funções

²⁶ MASCARENHAS, Jorge. *Sistemas de Construção XIII - Reabilitação Urbana*. Editora Livros Horizonte. 2012 Lisboa

²⁷ Vasilhames de barro possuíam uma secção circular. Estes podiam ter várias dimensões dependendo das posses do proprietário e ao fim que se destinava

de uma asna.

O forno da casa tem uma cobertura abobadada e uma planta circular. Existe embutido na parede um espaço para a limpeza das cinzas, que é acedido por uma abertura situada logo abaixo da entrada do forno. A sua cobertura contém terra, por forma a reter o calor, revestida com telhas de meia cana regional à similitude das restantes telhas.

Relativamente à chaminé, esta é composta pela parede da entrada do forno e por outra parede ligeiramente inclinada no seu interior, com uma viga de madeira. A parede em questão tem a particularidade de ser, no interior da cozinha, vertical e oblíqua, no interior da chaminé, observa-se claramente um afunilamento até à altura em que a chaminé original sofreu as alterações já referidas.

O torreão, quando ainda a habitação não existia, era utilizado como uma estrutura de vigia e abrigo, sendo que o piso semienterrado estava destinado ao abrigo dos animais, armazenamento dos produtos das colheitas e dos utensílios agrícolas usados. O piso superior era utilizado pelo proprietário após o almoço como espaço de descanso, aqui este disponha de uma cama e uma cómoda.

No que diz respeito à cozinha, esta continha uma bancada em pedra do comprimento da parede poente, com um louceiro de madeira acima. No centro, permanecia uma mesa com dois bancos toscos corridos de madeira e, junto à parede nascente, havia os “talhões”²⁷ que, antigamente, eram utilizados no armazenamento de água para a alimentação e outros destinados à conservação da carne de suíno. O espaço de maior permanência era a cozinha, uma vez que desempenhava as funções de convívio como a de zona de refeições e de estar. A cozinha também era zona de eleição, pois o nível térmico era mais elevado, devido à presença do forno, que lhe conferia um bem-estar e conforto maiores.

2.2 | Estado de Conservação

Como já havia sido referido, a casa deixou de ser habitada pelos próprios donos, com a mudança de habitação nos anos 70 do século passado, e por este motivo a atividade exercida no terreno e no torreão deixou de ser a de cultivo e plantações passando a ser utilizado para criação de gado, no caso do terreno, e de arrumos no que refere ao piso semienterrado do torreão, deixando de servir para abrigo dos animais.

Ainda que a casa não estivesse a ser habitada, sabe-se que Manuel Pereira da Ponte, marido de Marcolina Frazão da Mota, até antes de falecer em 2002, deslocava-se muitas vezes de burro para passar a tarde na casa onde viu nascer e crescer os seus filhos. Até esta época a casa encontrava-se em muito boas condições de habitabilidade, como aliás se pode observar em algumas fotografias antigas, gentilmente cedidas por Marcolina Frazão da Mota. Com o passar dos anos, a casa foi ficando apenas na memória e, com a falta de uso, foi-se deteriorando, o que foi acelerado pelas condições climáticas.

Neste momento, o volume térreo, composto por um piso, tal como o torreão, com um primeiro piso e outro semienterrado, encontram-se em mau estado de conservação.

O volume térreo e o torreão têm em comum uma estrutura do telhado já bastante danificada e com telhas em falta. Com a degradação desta estrutura e com as condições

alheias a esta, pode afirmar-se que a qualquer momento pode ceder. A estrutura da cobertura do alpendre do torreão está em mau estado e podem observar-se algumas falhas, não só da própria estrutura como do telhado (fig.21).

As asnas referentes aos dois volumes apresentam-se com bastante deterioração muito devido à infestação de térmitas de madeira seca, uma patologia que enfraquece a madeira(fig.22).

Relativamente às paredes do volume torreado, estas encontram-se em bom estado de conservação. No piso térreo, embora seja mais recente, notam-se algumas deformações, nomeadamente no corpo do forno e no interior da cozinha, no alçado nascente. Em algumas zonas da parede que foram rebocadas, podem observar-se alguns destacamentos do reboco nomeadamente por cima da porta principal e da janela situada à sua direita, no alçado nascente (fig.23).

No que se refere às janelas e às portas de ambos os volumes, é visível que estas foram vandalizadas e por este motivo todas as janelas se encontram com falta de vidros. Todas as portadas de madeira com um recorte de coração centrado foram, à semelhança das janelas, vandalizadas, restando apenas a do alçado norte.

O pavimento do piso superior do volume torreado cedeu quase sua na totalidade de modo que o restante se encontra extremamente degradado (fig.24). O restante pavimento do piso semienterrado do volume térreo encontra-se em mau estado de conservação.



fig.21 | Estrutura cobertura alpendre



fig.22 | Estrutura cde asnas



fig.23 | Falha de reboco



fig.24 | Estrutura piso superior

2.3 | Comparações Construtivas

A habitação e o volume torreado, como já foi dito no início da desta dissertação, julgava-se que seriam da mesma altura de construção mas, rapidamente, se chegou à conclusão de que se tratava de duas construções distintas e de diferentes épocas de construção. Sendo assim, pode proceder-se a uma comparação de cada volume com a sua tipologia correspondente para um fim meramente comparativo. Na Rua Maria do Céu, na freguesia de Pico da Pedra, onde se situa a Vila Conceição, e nas redondezas, observam-se outras construções muito idênticas às da casa e do torreão.

A zona central da ilha é mais densamente povoada, tendo em conta as duas outras zonas. O espaço, onde a ocupação das construções se insere, é organizado em lotes em forma de empena-a-empena na extensão dos arruamentos. Deste modo, a organização das atividades é feita de forma em que a dualidade é constante, como a traseira com o quintal e a frente com a rua. O modelo de empena-a-empena é predominante com uma variante em que, se o lote é mais estreito, apenas se vê uma construção com uma porta seguida de janela, mas se o lote é ligeiramente maior tem-se uma construção com uma porta a meio de duas janelas. A completar o agregado, existe a barraca de milho ou secadouro e o granel que, como já foi referido anteriormente, ficavam confinados ao espaço do quintal.

Nas redondezas do objeto de estudo, encontram-se outros torreões, nomeadamente uma quinta com torre (fig.25-29) registada no Inventário do Património Imóvel dos Açores - Concelho de Ribeira Grande, em que a data de construção ascende ao século XIX. À semelhança do torreão da Vila Conceição, este está inserido num terreno cercado de muros em pedra completos, embora se notem algumas falhas que estão bastante danificadas, o terreno tem uma forma rectangular e é de grandes dimensões. Inicialmente foi destinado ao cultivo de laranja. Os muros, altos e característicos de terrenos com essa finalidade no século XIX, atingiam os três metros e meio de altura e tinham a função de proteger o cultivo e, neste caso concreto, as árvores de fruto. Era também usual plantar abrigos²⁸ altos junto ao muro pelo interior como também criar divisórias dentro do próprio terreno. Este teve o mesmo fim do terreno da Vila Conceição, o de pasto. A torre encontra-se em estado de ruína, centrada a sul, a meio, e à face do muro. A construção é formada por dois pisos, tal como o torreão em estudo - o piso superior tem acesso pelo exterior e funciona como mirante e o piso térreo era um armazém e/ou abrigo.

No torreão da Vila Conceição, a entrada para o piso semienterrado tem a forma em arco tal como a entrada deste torreão de quinta. A entrada para os pisos superiores destes

²⁸ Sebes vegetais de várias espécies (cameleiras, faias, incensos, metrosíderos, etc.) que protegem terrenos de cultivo bem delineados, geralmente murados e plantados com árvores de fruto (quintas). São mais altas que os altos muros de vedação fazendo uma barreira contínua ao longo das faces internas destes. São também utilizadas para dividir o terreno em secções quadrangulares ou retangulares – os “quartéis” – que aumentam a eficiência da proteção às culturas. Foram especialmente utilizados durante o período de intenso cultivo da laranja e encontram-se em franca decadência.” BRUNO, Jorge A. Paulus, Junho de 2007. Ribeira Grande São Miguel - Inventário do Património Imóvel dos Açores. Ribeira Grande Junho de 2007

dois torreões cobertos é feita pelo exterior, não existindo qualquer comunicação interna entre os pisos. Embora as escadas de acesso ao piso superior e pequeno balcão estejam ambas voltados a nascente, a entrada do torreão da quinta é feita pela lateral, ao passo que a da Vila Conceição é pela fachada principal. No torreão da quinta, logo acima do eixo do arco, situa-se uma janela, a fachada posterior, a norte, tem a mesma disposição que a virada a Sul, que corresponde à da entrada e em continuidade com o muro voltado para a Rua Maria do Céu. Enquanto o torreão da construção da Vila Conceição é apenas em alvenaria de pedra, o da torre da quinta é em alvenaria de pedra rebocada com cantaria à vista. A fachada principal encontra-se emoldurada com uma barra pintada num tom rosa velho, mostrando-se, assim, com mais pormenor e cuidado, comparativamente com a torre em estudo. A cobertura de ambas as torres é de duas águas com telha de meia-cana tradicional regional e com um telhão de cumeeira e beiral duplo. O torreão da quinta encontra-se em estado de ruína, o interior do edifício ruiu, assim como quase todo o telhado, ao passo que o torreão da Vila Conceição se encontra em mau estado de conservação e a sua função atual é de casa de despejo²⁹.



fig.25 | Torre alçado Sul



fig.25 | Torre alçado Norte



fig.25 | Torre janela



fig.28 | Vista da Torre na Rua Maria do Céu



fig.29 | Vista da Torre

²⁹Espaço destinado a armazenar produtos da terra, ou na maior parte dos casos, para guardar objetos fora de uso. A sua utilização também é associada aos espaços que deixaram de ter a sua função inicial

Na mesma rua existe um torreão que se situa a sul da casa que está em estado de ruína (fig.30-34). É uma construção do século XX em alvenaria de pedra ordinária e cantaria no guarnecimento dos vãos. O terreno, no qual estava inserida esta construção torreada, tinha como função inicial o cultivo de árvores de fruto, mais especificamente laranjeiras. Uma das fachadas do torreão, que tem acesso por uma rua em terra batida, situa-se à face do muro em pedra que delimita o terreno. Em tempos remotos, os terrenos circundantes a esta torre, não pertenciam ao mesmo proprietário mas, com o passar do tempo, os donos foram adquirindo os terrenos abrindo espaços nos muros de forma a possibilitar a passagem entre todos os terrenos.

À semelhança da torre da quinta, analisada anteriormente, e da torre da Vila Conceição, a comunicação para o piso superior faz-se através do exterior por meio de escadas seguida de um pequeno balcão, virado a norte e, tal como se observa nos torreões anteriormente analisados, também não existe comunicação entre os pisos pelo interior. Virada a nascente, a fachada principal contém um vão de porta centrada, do piso térreo, e acima uma janela de peito. Existe outra janela, embora esta esteja entaipada de blocos de cimento. Tanto os vãos das janelas como o da porta têm reboco de cimento nos cunhais e no embasamento, algo que é inexistente nas outras construções analisadas. No que respeita ao seu interior, esta torre é rebocada dos dois pisos, algo que não se observa nas outras torres. O pavimento do piso térreo é em terra batida. O chão do piso superior ruiu. À semelhança da torre da quinta, esta não apresenta cobertura, a estrutura era em madeira revestida com telha, meia-cana.



fig.30 | Torre alçado Sul



fig.31 | Torre alçado



fig.32 | Janela alçado Norte



fig.33 | Torre inserida em quinta



fig.34 | Marcação do piso

Relativamente ao volume térreo da Vila Conceição, este está inserido na classificação de casa elementar com cozinha integrada. No mapa do levantamento de tipologias registadas na ilha, presente no livro *Arquitectura Popular dos Açores*, é possível perceber onde e que tipologias existem, pois tal pode variar de freguesia para freguesia.

Uma das construções comparativas à Vila Conceição pertence à área de Arrifes³⁰. Esta é uma zona que ainda apresenta um carácter de bairro com duas componentes bem características e não tão frequentes na restante ilha - a de rural e suburbana.

Com o decorrer do tempo, surgiram alterações no exterior das habitações, principalmente nas fachadas, mais concretamente no reboco, pintura, portões em ferro e melhorias ao nível das infraestruturas, não só das casas como da freguesia, nomeadamente a iluminação de rua à noite, ruas asfaltadas, entre outros aspetos.

“Neste bairro, que consta de uma rua cortada por várias canadas, as moradias de pedra crua, sem rebocos nem arrebuques, de beiral curto com bicos revirados nos ângulos, apenas debruada a basalto ou cal branca a orla das janelas, são construídas perpendicularmente à rua para a qual espreita apenas uma janela.”

(Oliveira Galhano, 1968) in. *Arquitectura Popular dos Açores*

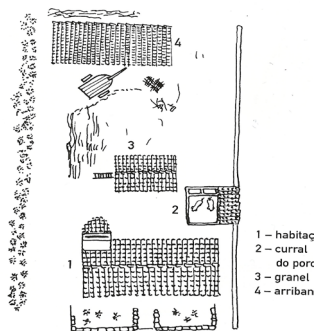


fig.35 | Esquema de agregado Rural da zona ocidental



fig.36 | Arrifes - interior de casa levantada



fig.37 | Arrifes - entrada da cozinha da casa levantada

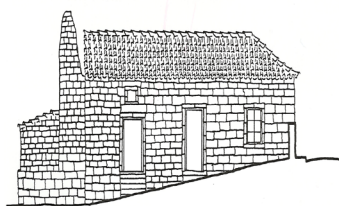


fig.38 | Alçado frontal

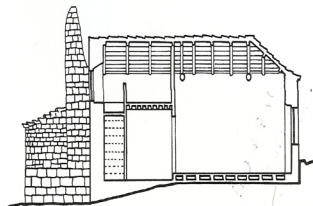


fig.39 | Corte - vista da falsa

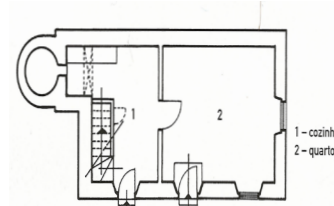


fig.40 | Planta - cozinha à direita e quarto à esquerda

³⁰A freguesia de Arrifes foi de extrema importância, pois foi uma zona de expansão que surgiu a partir de Ponta Delgada no sentido noroeste

³¹Falsa é considerada um sótão ou um falso segundo piso. É um espaço que advém do vão do telhado e da faixa superior das paredes exteriores - nestas paredes podem existir janelas pequenas. Serve de quarto de dormir e o acesso é feito pela cozinha, pois esta mantém o seu pé-direito integral, por meio de escadas de madeira. Em zonas como Rabo de Peixe, a janela é virada para a rua, em alguns casos e zonas pode encontrar-se a substituir a janela uma trapeira (janela implantada na água de um telhado) ou mansarda mais detalhada, como se observa em mais abundância no sul da ilha, como na freguesia de Lagoa e nos arredores. A única região onde a falsa desaparece por completo é na zona de Nordeste.

A habitação em estudo, para fim comparativo, tal como outras da freguesia de Arrifes, apresenta a acessibilidade à casa por meio de um pátio, que era dedicado à atividade rural, separado da rua por um portão de madeira. Nesse pátio da casa, encontrava-se o granel, o estaleiro do milho e o curral do porco. Desta forma, estes elementos formam um agregado característico e individualizado. Tal facto é comparado com o objeto de estudo, a Vila 9Conceição, já que esta estava inserida num agregado rural.

A casa da freguesia de Arrifes (fig. 35-40) é de alvenaria de pedra, com ombreiras e verga em pedra e telhado de duas águas. Uma característica das casas desta freguesia é a existência de uma falsa³¹, praticamente sempre parcial, que se situa por cima da cozinha, espaço que a Vila Conceição não possui. A planta da casa é igualmente rectangular e o corpo do forno é saliente, existem duas janelas, uma na fachada principal, outra na lateral e duas portas de entradas: uma pela fachada frontal, que dá acesso à cozinha, e outra de ingresso ao quarto. Embora existam duas portas de acesso ao interior da habitação, há comunicação entre estas divisões por meio de uma porta que está inserida na parede que divide o quarto da cozinha. No que respeita ao volume térreo da Vila Conceição, existem duas portas, em fachadas diferentes, e duas janelas na mesma fachada frontal.

Existem inúmeras construções que podem ser comparadas à Vila Conceição, pois a sua tipologia não só aparece com mais incidência na parte central da ilha como na zona ocidental. No ocidente da ilha de São Miguel, em contraste com as habitações de empena-a-empena, a aglomeração das moradias rurais são principalmente constituídas por habitações isoladas, apesar de estas poderem estar próximas. Este tipo de agregado rural, onde o volume das habitações e o das construções, quer de apoio quer de armazenamento agrícola, não coexistem no mesmo espaço, ocupando um espaço reduzido e segmentado. Pode ainda destacar-se, a título de pormenor ou curiosidade, que embora as moradias possam estar próximas, elas organizam-se de forma irregular, quase anárquica, algo que se observa em terrenos mais acidentados, como Bretanha e Remédios, facto que não se constata em terrenos mais planos, como é o caso de Mosteiros e Sete Cidades.

É no ocidente da ilha que mais vestígios se encontram da casa com cobertura de palha, nomeadamente nas freguesias de Candelária, Mosteiros e Remédios. Os indícios das construções com a referida cobertura, podem ser reconhecidos pela inclinação acentuada que as suas águas deixaram assinaladas nas empenas laterais, declive indispensável neste tipo de cobertura, uma vez que era a melhor forma de proteção da chuva.

“A habitação dos camponeses micaelenses mais pobres é das construções civilizadas mais simples. Quatro paredes grossas não fechando uma superfície de mais de 40 metros quadrados e da altura suficiente para conter uma porta por onde passe um homem alto sem se curvar muito, um teto de palha da mais simples e fraca armação, mas bastante alto; eis o que basta para abrigar pai, mãe e meia dúzia de filhos.”

(Furtado, 1884) in. *Arquitectura Popular dos Açores*

Em 1982, aquando do levantamento para a elaboração do livro da Arquitetura Popular dos Açores, apenas um único modelo desta tipologia era ainda habitado, embora fosse perceptível, pelas fotografias, o já visível desgaste da construção, uma vez que uma parte da cobertura já se encontrava revestida a plástico, de modo a protegê-la. O desuso deste material de cobertura está associado ao desaparecimento da cultura do trigo, na ilha, pois este era a matéria-prima base para a construção das coberturas. Acrescente-se que a falsa é um aspeto comum sobre uma parte da casa.

A título de comparação com a construção da Vila Conceição, apresenta-se a construção da Candelária, que era o único modelo de construção em 1982, referida anteriormente (fig.41-44).

A habitação de Candelária, tal como a construção em estudo, é de alvenaria de pedra com ombreiras e verga igualmente em pedra. À símile da Vila Conceição, a planta da casa de cobertura em palha é retangular, de reduzidas dimensões e o forno é saliente. A fachada principal apresenta uma porta de madeira, ao centro, e duas janelas de peito. A falsa, que não existe na habitação em estudo, é uma característica das casas de palha. Trata-se de um pequeno estrado sobre o quarto e o seu acesso é feito por uma escada de encosto. Desta forma, a sua existência não é perceptível pelo exterior.

Na construção Vila Conceição não existe nenhum paramento vertical a assinalar as divisões da cozinha, zona de estar e quartos, na casa da Candelária existem duas divisões, cozinha e quarto, separadas apenas por uma parede, com a demarcação do vão da porta, embora esta não exista. No alçado lateral esquerdo não existem vãos de janelas, ao passo que no alçado direito, onde se encontra o forno, existe uma porta que dá acesso direto à cozinha.



fig.41 | Esquema de agregado Rural da zona ocidental

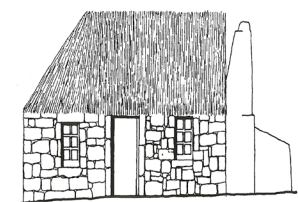
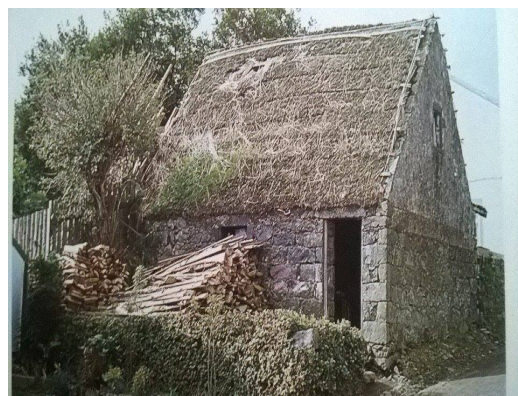


fig.42 | Alçado frontal



fig.43 | Corte - vista da falsa

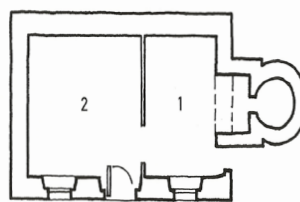
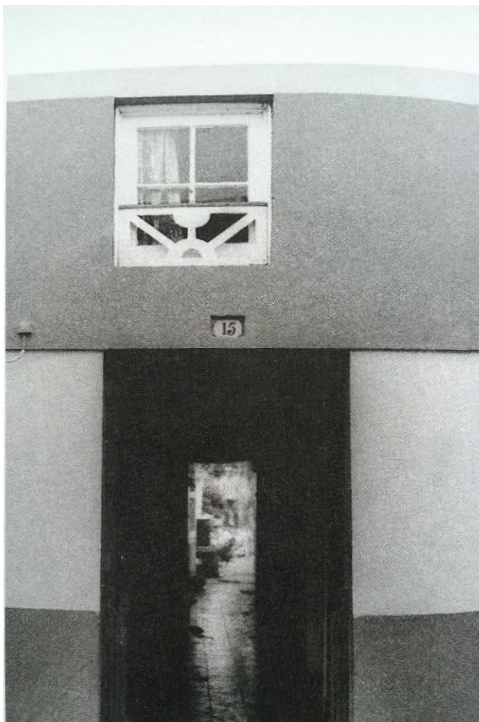
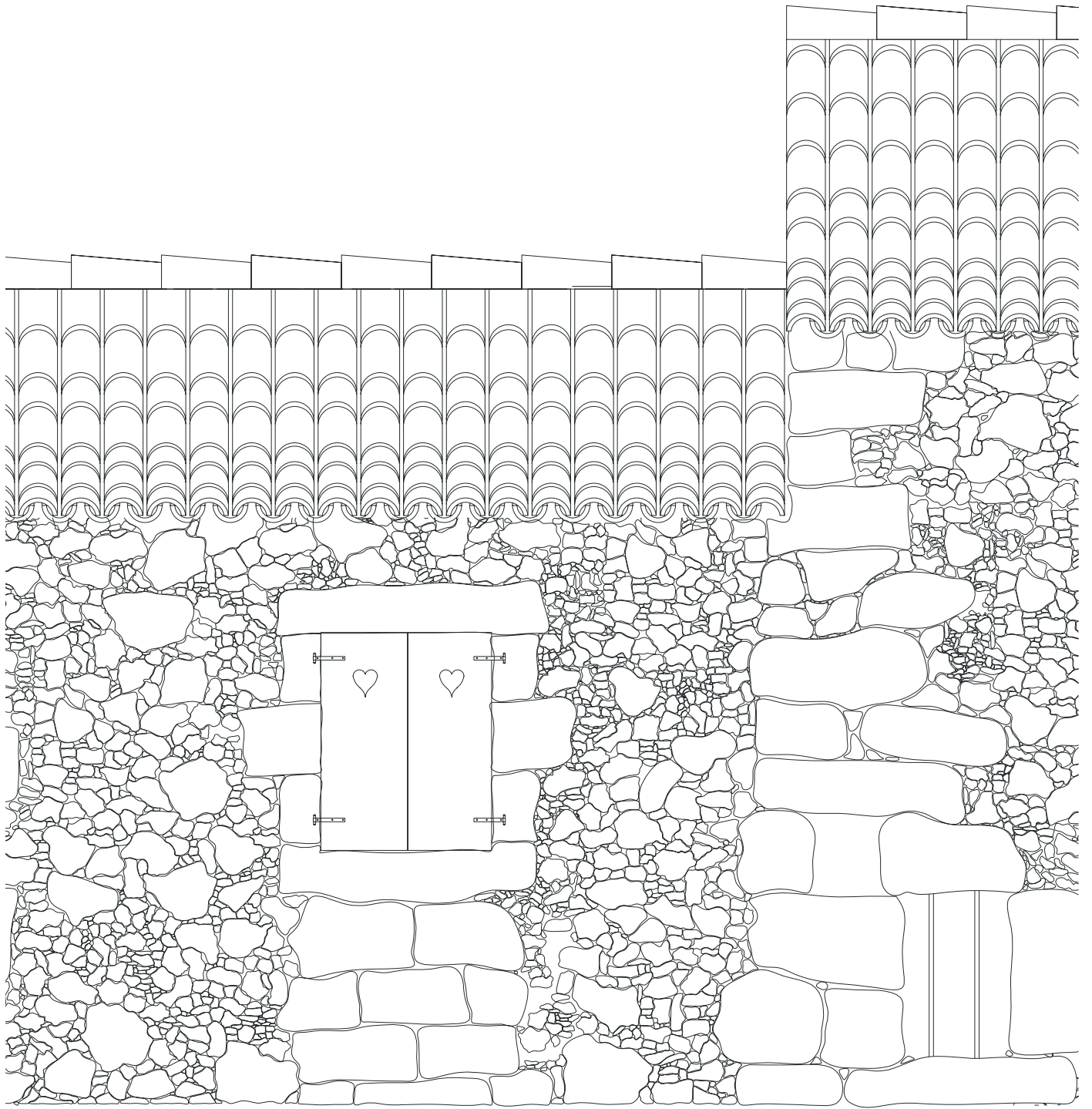


fig.44 | Planta - cozinha à direita e quarto à esquerda





3

TURISMO EM
ESPAÇO RURAL

O Turismo em Espaço Rural apresenta características muito próprias e que não se baseiam nas modalidades do turismo convencional. É uma forma de acolhimento marcada pela diferença e pelo enriquecimento. O turista tem a possibilidade de vivenciar os valores, as práticas, as tradições culturais e gastronómicas do espaço rural de um povo.

Ao Turismo em Espaço Rural está subjacente a perspetiva do desenvolvimento sustentado com vista à revitalização da arquitetura, da economia, da preservação dos recursos, das tradições, da cultura e da História. A diversificação das atividades agrícolas e pecuárias coexistem com esta abordagem turística, assim como a dinamização de outras actividades económicas que geram receitas e que interagem entre si. É o caso do artesanato, da exploração e criação de produtos artesanais, e conseqüentemente, da sua venda, dos quais podem ser destacados produtos agrícolas, serviços de transporte, géneros alimentícios que estejam certificados, guias necessários aos visitantes, entre outros. É necessário que haja um contínuo impulso na promoção do espaço, da zona e de todos os aspetos referidos anteriormente, de forma aprazível e sustentada, respeitando sempre as diferenças que caracterizam e qualificam cada região e os requisitos de qualidade e de comodidade que é algo exigido e imprescindível por quem visita o espaço rural.

“Foi com base nestes pressupostos que o Governo adotou um conceito de turismo no espaço rural, entendido como um produto completo e diversificado que integra as componentes de alojamento, restauração, animação e lazer, baseado no acolhimento hospitaleiro e personalizado e nas tradições mais genuínas da gastronomia, do artesanato, da cultura popular, da arquitetura, do folclore, e da história.”

(Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Geral)

O Turismo em Espaço Rural é, por si só, uma fonte geradora do desenvolvimento económico para o universo rural. Tal crescimento é conseguido, em parte, devido à dinamização de várias atividades geradoras de receitas. Em zonas rurais onde esta prática se encontra em desenvolvimento, pode constatar-se uma positiva contribuição para a economia local da zona rural.

Segundo a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (D.G.A.D.R.), a melhoria pode ser traduzida em aspetos financeiros com elevado contributo para:

a sustentação do rendimento dos agricultores;

- a diversificação das atividades ligadas à exploração agrícola;
- a pluriatividade;
- a manutenção, a criação e a diversificação de empregos, em particular dos agricultores a tempo parcial;
- o desenvolvimento de novos serviços (de informação, de transporte, de comunicações, de animação, etc.);
- a conservação e a melhoria da natureza e do ambiente paisagístico;

- a sobrevivência dos pequenos agregados populacionais;
- o apoio à arte e ao artesanato rural;
- a dinamização de iniciativas culturais;
- a recuperação do património histórico;
- o incremento do papel das mulheres e dos idosos;
- a revitalização das coletividades, através do surgimento de novas dinâmicas, ideias e iniciativas.

Foi com a evolução do arquétipo de sociedade dos dias que correm que o Turismo em Espaço Rural surgiu. Tudo indica que há uma crescente e regular procura desta atividade, no que diz respeito aos seus aspetos gerais, por parte de fregueses, não só com um nível de cultura mais elevado como também com um poder económico superior, com um apreço pela qualidade, movidos pela constante busca do que os aliciou, daquilo que os motivou a visitar determinado espaço rural.

Os principais fatores que podem promover e continuar a impulsionar o desenvolvimento da crescente procura, por esta forma de turismo, podem ser enumerados, de acordo com a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (D.G.A.D.R.):

- níveis crescentes de instrução da população;
- interesse crescente pelo património;
- aumento dos tempos de lazer;
- melhoria das infraestruturas de acesso e das comunicações;
- maior sensibilidade para as questões ligadas à saúde e ao seu relacionamento com a natureza;
- abertura e receptividade às questões ecológicas;
- maior interesse pelas especialidades gastronómicas de cariz tradicional;
- a valorização da autenticidade;
- a busca da paz e da tranquilidade;
- a procura da diferença e das soluções individuais por oposição às propostas de massa;
- o aumento do papel das entidades ligadas ao desenvolvimento rural na promoção desta atividade.
- No entanto, não é só esta clientela de alta gama que procura este tipo de turismo. Atividades como a caça, pesca, feiras e romarias, cultos religiosos, festivais de folclore e gastronómicos, etc., atraem turistas, essencialmente nacionais, oriundos de todo o tipo de estratos sócio - económicos;
- Importa, pois, que a oferta deste segmento de turismo seja capaz de fornecer respostas que se adequem aos diferentes tipos de necessidades, bem como às solicitações emergentes dos diferentes estratos etários que, por razões distintas, são atraídas ou suscetíveis de vir a ser aliciadas, para esta forma de turismo;

- Estão neste caso, as crianças, numa perspetiva de campos de férias ou de quintas pedagógicas, os adolescentes, numa perspetiva ecológica ou de prática de aventura ou de desportos, os seniores, que buscam a tranquilidade dos passeios no campo fora de estação, o revivalismo da memória de tradições ancestrais, como as vindimas a matança do porco, os sírios, o prazer da gastronomia tradicional genuína, as curas termais.

É relevante salientar que não são todas as zonas rurais que detêm condições para encantar e fixar visitantes. De acordo com o D. G.A.D.R. (Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural) é necessária a existência ou coexistência de determinados agentes que possam assegurar o sucesso de todos os investimentos, tanto monetários como de tempo e dedicação, que sejam necessários concretizar, tais como:

- interesse da paisagem;
- especificidade da fauna e flora autóctones;
- respeito e harmonia da rusticidade do conjunto das construções, bem como dos materiais utilizados;
- interesses culturais, tais como monumentos e locais históricos, festas e romarias, património étnico, etc.;
- proximidade de agregados populacionais e de polos de comércio local;
- condições para práticas desportivas ou de lazer (caça, pesca, passeios, etc.);
- intervenção ativa dos poderes públicos locais, bem como das associações de desenvolvimento local, no sentido de assegurar as necessárias benfeitorias coletivas;
- competência e eficácia na promoção da região e na comercialização das unidades existentes;
- qualidade das instalações de acolhimento e hospedagem e competência dos serviços prestados;

possibilidade de participação na vida ativa das explorações agrícolas.

O Turismo em Espaço Rural tem definições, características e está subdividido em diferentes grupos de empreendimentos. Segundo o D. G.A.D.R. (Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural), o Turismo Espaço Rural deve ser:

- situado em espaços rurais entendidos como as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de caráter vincadamente rural;
- considerado como um conjunto de atividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação e diversão turística, com vista a proporcionar aos clientes uma oferta completa e diversificada;

- à escala rural do ponto de vista da dimensão e das características arquitetónicas e dos materiais construtivos típicos da região;
- ligado às estruturas sociais ditas tradicionais, isto é, as que conservam as características gregárias, os valores, modos de vida e de pensamento das comunidades rurais baseadas em modelos de agricultura familiar;
- sustentável, na medida em que o seu desenvolvimento deve ajudar a manter as características rurais da região, utilizando os recursos locais e os conhecimentos derivados do saber das populações e não ser um instrumento de urbanização;
- diferenciado de acordo com a diversidade do ambiente, da economia e com a singularidade da história, das tradições e da cultura populares;
- de acolhimento personalizado e de acordo com a tradição de bem receber da comunidade em que se insere.

O Turismo em Espaço Rural está subdividido em diferentes grupos de empreendimentos. Segundo a mesma fonte de informação, são eles:

“Casa de campo”

São casas de campo os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que prestem serviços de alojamento a turistas e se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitetura típica local.

“Turismo de aldeia”

Quando cinco ou mais casas de campo situadas na mesma aldeia ou freguesia, ou em aldeias ou freguesias contíguas, sejam exploradas de uma forma integrada por uma única entidade, podem usar a designação de turismo de aldeia, sem prejuízo de a propriedade das mesmas pertencer a mais de uma pessoa.

“Agroturismo”

São empreendimentos de agroturismo os imóveis situados em explorações agrícolas que prestem serviços de alojamento a turistas e permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.

“Hotel rural”

São hotéis rurais os situados em espaços rurais que, pela sua traça arquitetónica e materiais de construção, respeitem as características dominantes da região onde estão implantados, podendo instalar-se em edifícios novos que ocupem a totalidade de um edifício ou integrem uma entidade arquitetónica única e respeitem as mesmas características.

No Arquipélago dos Açores, o Turismo em Espaço Rural, tem tido um crescimento notório, não só pelo reconhecimento e projeção das ilhas a nível internacional, como pela implementação de meios de transporte com tarifas reduzidas, uma vez que o espólio da via aérea pertencia apenas a duas empresas, embora apenas uma detivesse o controlo maioritário.

Em São Miguel existem vários empreendimentos de Turismo em Espaço Rural, nas suas subcategorias, apresentadas nos pontos anteriores. Deste modo, revelou-se imprescindível realizar uma análise comparativa dos aspetos relevantes para o caso em estudo.

Assim, foi elaborada uma entrevista com o intuito de estudar as motivações que conduziram à criação destes empreendimentos.

Uma vez que existem vastas opções na ilha de São Miguel, realizou-se uma selecção rigorosa onde a prioridade era apurar os que apresentassem características que fossem ao encontro da proposta do projecto Vila Conceição. Estas entrevistas permitiram compreender as motivações que estiveram na base das propostas de criação de espaços para turismo rural, se foram feitas alterações à propriedade original, que tipo de turista opta por estes espaços e se a sua procura tem ou não aumentado.

De um total de doze tentativas de entrevista, apenas quatro se mostraram disponíveis para colaborar, nomeadamente a Quinta da Mó, a Casa dos Plátanos, a Casa S.ta Rita e o Moinho das Feteiras.

Relativamente à **Quinta da Mó** (fig.45-50), a ideia emergiu devido à existência de uma propriedade centenária que se apresentava em estado de abandono.

A propriedade, localizada na freguesia de Furnas, conseguiu uma ligação harmoniosa entre a cultura e história locais. A decoração com móveis típicos da zona em que se insere, aliada ao espaço arquitetónico e paisagístico conferem à Quinta o epíteto de espaço de excelência.

Existem três casas distintas para quem procura este espaço se poder deleitar com a sua localização única e uma atmosfera que envolve toda a propriedade singular. Os habitantes temporários, cultos e de uma classe média-alta, buscam o contacto constante com a natureza e o meio que os impulsionou a escolher tal espaço. A procura turística é constante e tem aumentado devido à oferta de todas as qualidades inerentes: a sua história, a cultura e o meio físico onde se encontra, internacionalmente conhecido. Saliente-se que o acolhimento é realizado com o apoio de produtos regionais típicos, flores, entre outros aspetos que acarinham quem lá fica.

No que respeita à **Casa dos Plátanos** (fig.51-58), a ideia surgiu aos proprietários quando ponderaram prescindir da sua casa de férias para aí passarem a desenvolver a atividade turística rural.

A sua particular localização, numa das 7 Maravilhas Naturais, e a pedra de basalto, ressaltam ao olhar de quem lá passa, despertando a curiosidade e o interesse. Embora tivessem sido realizadas bastantes alterações no seu interior, a sua traça original ficou

intacta. No exterior foram feitas apenas algumas recuperações necessárias à utilização e comodidade dos hóspedes. Quem procura esta construção pretende o contacto constante com a natureza e com a cultura, ainda bem enraizada, das gentes que lá residem. Em Sete Cidades, localização da casa, ainda se utilizam, em muitas habitações, as antigas construções de apoio à atividade agrícola. Este projeto tem quase um ano de laboração e a sua procura tem um crescimento exponencial, algo extremamente positivo para a pequena economia local, uma vez que esta freguesia é muito isolada e apresenta uma orografia acidentada.



fig. 45 | Quinta da Mó - Fotografia de exterior



fig. 46 | Quinta da Mó - Fotografia de exterior



fig. 47 | Quinta da Mó - Fotografia de para queda de água



fig. 48 | Quinta da Mó - Fotografia de exterior



fig. 49 | Quinta da Mó - Fotografia de interior de uma sala

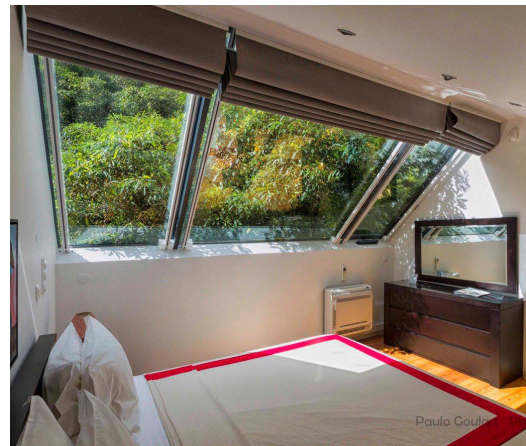


fig. 50 | Quinta da Mó - Fotografia de interior de um quarto



fig. 51 | Casa dos Plátanos - Exterior



fig. 52 | Casa dos Plátanos - Porta de entrada principal



fig. 53 | Casa dos Plátanos - Exterior

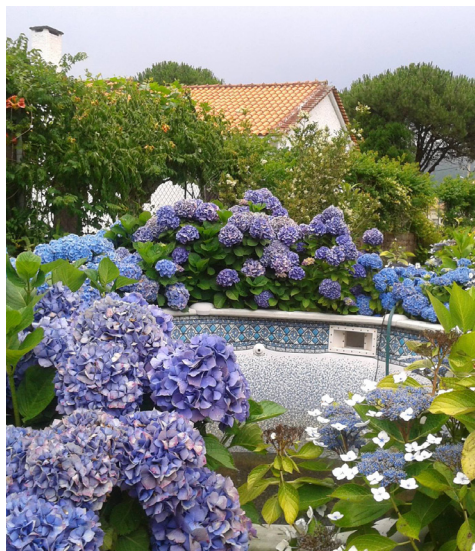


fig. 54 | Casa dos Plátanos - Fotografia do pátio



fig. 55 | Casa dos Plátanos - Exterior



fig. 56 | Casa dos Plátanos - Fotografia do quarto

Na freguesia de Faial da Terra, a **Casa S.ta Rita** (fig.57-62) nasceu de um sonho antigo do proprietário que tomou corpo aquando da sua presença no curso de Turismo da Universidade dos Açores, em São Miguel.

A casa manteve as suas características originais, não havendo alterações, tanto no interior como no seu exterior. Este facto contribui para proporcionar ao hóspede a real visão de como antigamente se vivia nesta casa.

A casa é de alvenaria de pedra e as suas janelas de madeira pintadas de amarelo ressaltam à vista dos curiosos. O turista, que seleciona este espaço, pretende, mais do que observar, sentir a natureza e a brisa marítima, dispondo de vários locais a visitar onde este contacto é constante, nomeadamente em moinhos, miradouros e cascatas. A Casa S.ta Rita não tem aumentado a sua procura, uma vez que as grandes empresas hoteleiras têm vindo a captar mais turistas.



fig. 57 | Casa S^{ta} Rita - Fotografia do exterior



fig. 58 | Casa S^{ta} Rita - Fotografia do interior



fig. 59 | Casa S^{ta} Rita - Fotografia do interior



fig. 60 | Casa S^{ta} Rita - Fotografia do interior do quarto



fig. 61 | Casa S^{ta} Rita - Fotografia do exterior

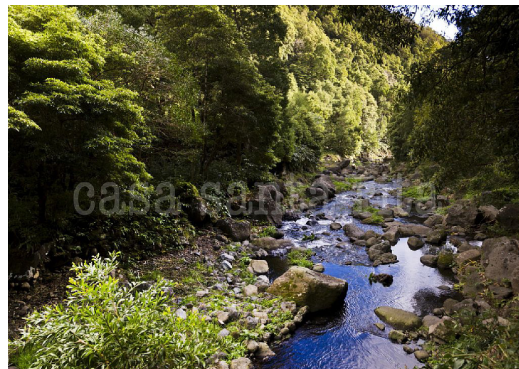


fig. 62 | Casa S^{ta} Rita - Fotografia da paisagem

O **Moinho das Feteiras** (fig.63-68), tal como indica o seu nome, está inserido na freguesia de Feteiras. A ideia de propor a propriedade, no ano transato, para Turismo em Espaço Rural, partiu do filho do proprietário que, já desde 1972, tinha adquirido as construções e o respetivo terreno. Dado o seu estado de ruína, aquando da sua aquisição, todas as construções foram reconstruídas e reabilitadas para a habitação. A sua localização privilegiada e, quase, estratégica faz desta propriedade um excelente atrativo para os turistas que procuram o contacto com os espaços circundantes, pela vista singular direta para o mar que contrasta com o abundante verde da paisagem.

A propriedade é composta por três construções distintas tendo os turistas a possibilidade de usufruírem de várias opções. Uma vez que esta propriedade apenas começou a sua atividade em março do corrente ano, e ainda não tendo uma exposição maior quando comparado com as outras três propriedades entrevistadas, não se poderá analisar se a sua procura tem aumentado nem qual o tipo de turistas que procura estas construções. Contudo, num curto espaço de tempo, existem já reservas espaçadas e abrangendo vários meses, o que leva a deduzir que a sua ocupação e procura está a provocar um interesse crescente.

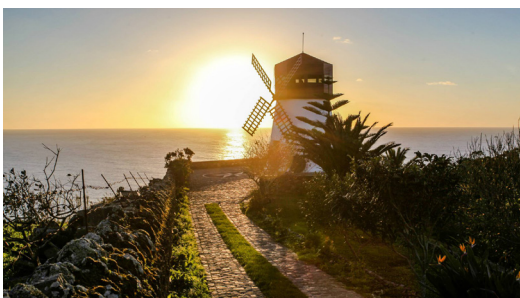


fig. 63 | Moinho das Feteiras - Fotografia do Moinho



fig. 64 | Moinho das Feteiras - Fotografia de exterior



fig. 65 | Moinho das Feteiras - Fotografia de exterior



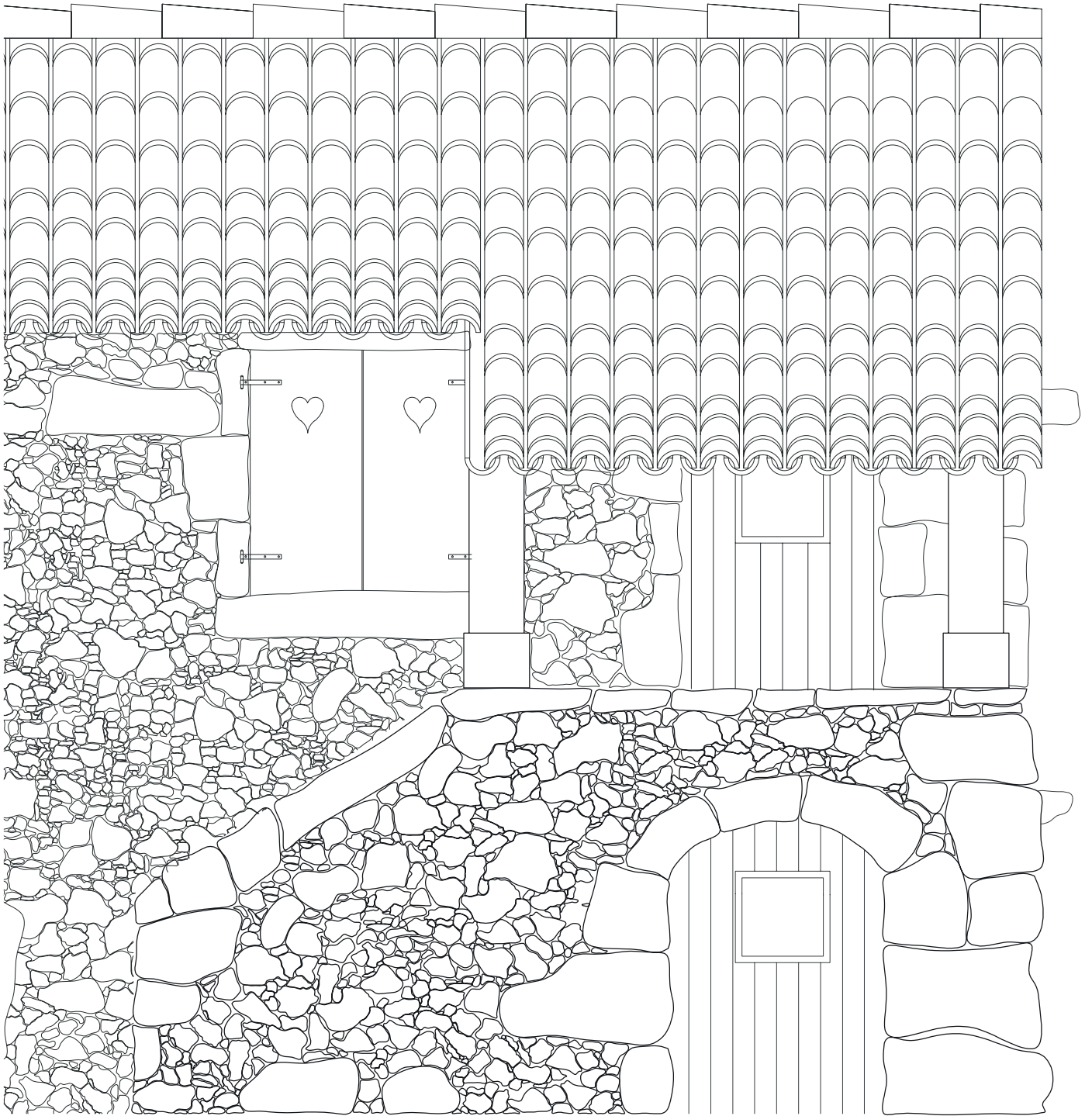
fig. 66 | Moinho das Feteiras - Fotografia de interior



fig. 67 | Moinho das Feteiras - Fotografia de interior



fig. 68 | Moinho das Feteiras - Fotografia de interior do moinho



4

PROJETO DE REABILITAÇÃO
DA VILA CONCEIÇÃO

A ideia de elevar uma habitação a Turismo em Espaço Rural adveio do interesse pela natureza e pelo potencial existente no Arquipélago dos Açores, uma vez que estas ilhas se mantêm num estado de natureza preservado, e em muitas zonas com lugares quase virgens.

Os Açores são uma região autónoma da República Portuguesa com um poder administrativo e político independente. Com a crescente projecção do Arquipélago dos Açores a nível mundial, consideradas as segundas melhores ilhas³² e tendo recebido o Prémio de Platinum Quality Coast 2014/2015, a oferta e procura tem de corresponder às diferentes condições económicas, às exigências impostas por quem pretende escolher em particular este destino, fortalecendo a contínua preservação do meio, não só rural, mas da atmosfera e natura que envolve todo o arquipélago.

“A Quality Coast, o maior programa de certificação do mundo, identificou vários destinos que preenchem os requisitos relativamente ao turismo sustentável, estreando a primeira edição do prémio.

Os Açores mantiveram a sua impressionante trajetória de desenvolvimento no que diz respeito à sustentabilidade, tendo sido já nomeado para Destino Turístico Sustentável Nº1 pela Costa Qualidade em 2013/2014.

Foram apontados como principais aspectos para a eleição do arquipélago como o mais sustentável as áreas costeiras, a natureza, a água limpa, a vida marinha, hotéis, comunidade/identidade, paisagem, meio ambiente, cultura, bandeiras azuis e fatores socioeconómicos.

O arquipélago vulcânico tem vários patrimónios naturais, entre os quais a Reserva da Biosfera da UNESCO. Tem também um rico ecossistema marinho protegido com animais como peixes, golfinhos, tartarugas marinhas, baleias cachalotes, grandes baleias e corais de águas frias.

É de relembrar ainda que, em 2013, a UNESCO certificou o arquipélago dos Açores como um Geoparque Europeu, com oferta de mergulho bem regulado, trilhas de bicicleta, 33 praias com bandeira azul e caminhadas.”

(in. revista Casas de Campo)

Devido a alguns entraves colocados pela falta de meios de transporte que estabelecessem ligação (correspondessem e satisfizessem um número maior de possíveis visitantes), não só entre ilhas mas principalmente, entre o continente e as nove ilhas, os Açores não evoluíram de igual forma quando comparado com o restante território Nacional.

³² *“The Azores are home to green volcanic mountains and picturesque towns attributes noted by one of 522 experts who helped judge 111 islands for National Geographic Traveler magazine. The archipelago was ranked second because the Azore’s strong culture and healthy ecosystems are likely to last, especially since the islands’ “capricious climate probably impedes the flow of tourists,” according to another expert participating in the ranking.”*
in. Revista National Geographic Traveler

Desta forma o Turismo em Espaço Rural pode ser um dos caminhos para a revitalização da economia regional e local. Possivelmente, com a afirmação feita anteriormente, pode constatar-se que com a falta de visitantes às ilhas, estas mantiveram o seu estado natural, ou seja, não tão virado para o turismo, o que é uma grande atração para quem procura lugares onde a natureza em bruto é uma excelente realidade.

Aproveitar os recursos existentes pode ser uma forma de incentivo ao património numa época de recessão económica. Desta forma, a Declaração de Viena/09 elucida que o investimento em questões de património pode ter um resultado sustentável para o sucesso económico, desenvolvendo políticas de recuperação sustentável que, em consonância com o crescimento económico, geram mais postos de trabalho. Assim, os três pontos fundamentais de incentivo ao património referido na Declaração de Viena/09 são as questões:

- **Económica**

A reabilitação/restauro/conservação histórica requerem uma grande quantidade de mão-de-obra e conduzem à criação de postos de trabalho, particularmente nas pequenas e médias empresas. Os subsídios ao sector público e incentivos fiscais na área do património atraem o investimento do sector privado a um rácio que poderá atingir 1:7. O investimento em património produz um impacto directo no crescimento do turismo cultural que, por sua vez, conduz a benefícios económicos e sociais a longo prazo.

- **Ambiental**

É ponto assente que os materiais, bem como as técnicas de construção tradicionais são amigos do ambiente. A recuperação de edifícios históricos não só preserva a energia incorporada e os recursos materiais utilizados no passado, como minimiza a produção de materiais novos, mais caros e potencialmente mais prejudiciais do ponto de vista ecológico.

- **Sociocultural**

A tomada de consciência e interesse pelo património continuam a aumentar, indiferentes à incerteza económica, pois as pessoas preocupam-se com o património. A história e o património estão instintivamente associados ao sentido de identidade local, nacional e mundial. A partilha do património é uma componente-chave da coesão social e do sentido de comunidade e de integração. Os lugares históricos constituem um factor importante em termos de qualidade de vida, sendo o património uma das principais razões que levam à escolha do local de residência e de trabalho.

Estes pontos são e foram fundamentais aquando da escolha do tema principal do trabalho de tese/projeto e, desse momento à eleição do espaço de terreno com casa, foi relativamente claro visto que a Vila Conceição conserva uma autenticidade rara, apesar do seu mau estado de preservação e é um dos poucos exemplos da conjugação de um torreão secular com uma casa elementar de cozinha integrada, resultando num conjunto

contemporâneo. A sua base histórica e arquitetónica contêm grandes potencialidades que, aliadas à base cultural e turística serão alvo de grande procura e ponto de grande interesse por parte do Turismo em Espaço Rural.

O facto deste terreno e habitação, Vila Conceição, se situarem num ponto estratégico, como é a freguesia de Pico da Pedra, também foi um ponto favorável a esta escolha: a casa dista 9km do centro histórico da cidade de Ponta Delgada e 10km da cidade da Ribeira Grande. A freguesia está bem servida de transportes, tem proximidade com o mar, o que é bastante favorável, e encontra-se bem próxima de atracções turísticas, como a Lagoa do Fogo e a Caldeira Velha.

No que concerne ao terreno circundante da casa e torrão, a nível conceptual propõe-se um complexo habitacional configurando um agregado rural de habitações, colocadas e posicionadas de forma a obter um melhor enquadramento da paisagem tanto do mar como dos terrenos e montes envolventes.

Dada a vasta dimensão do terreno, a colocação de um granel e de um secadouro de milho eram fundamentais uma vez que estes existiam originalmente quando a casa era habitada pelos proprietários. Também seriam colocadas árvores de fruto, principalmente laranjeiras, já que estas marcaram um período áureo da História da ilha de São Miguel nos séculos XVIII e XIX, contribuindo para o desenvolvimento da economia local que, aproveitando essas verbas, financiou muitas das construções da época.

É igualmente proposta a implantação de uma pequena horta, uma vinha perto da habitação principal, Vila Conceição, e uma plantação de milho, com o objetivo claro de fazer reviver e lembrar tradições ancestrais - na época de colheitas do milho a paisagem transformava-se e dava origem a grandes festins. Por exemplo, no que dizia respeito ao preparo das maçarocas, as famílias e vizinhos reuniam-se em clima festivo, de grande amizade e cooperação e, enquanto as mulheres arranjavam os molhos, os homens transportavam-nos para os granéis. Estas são algumas atividades que, englobadas neste projeto, constituiriam um fator bastante atrativo tendo em conta que fariam a simbiose perfeita entre tradição, cultura e história locais.

As novas habitações teriam sempre como base o mesmo conceito: ir ao encontro da Vila Conceição do passado. Proporcionar ao utilizador/visitante/turista um permanente contacto com as características próprias e individuais de um espaço que foi e volta a ser, permitindo-lhe embrenhar-se na atmosfera do Turismo em Espaço Rural, experienciando e respirando os hábitos, a cultura, a história e as atividades inerentes à laboração própria daquele espaço concreto.

De forma a apoiar estas novas construções e a própria Vila Conceição, seria proposta uma construção que compreenderia uma zona de loja onde se poderiam adquirir produtos básicos, produtos tradicionais regionais e uma zona de confeção de refeições ligeiras, com zona de lazer.

O projeto por si deverá ser capaz de dar resposta às múltiplas e diversas necessidades, expectativas e anseios dos seus futuros habitantes, sejam eles meramente explícitos ou implícitos, com a particularidade de, neste caso, os habitantes serem sempre

diferentes, com gostos mais ou menos parecidos, mas sem nunca deixar de parte a aposta na criatividade, na inovação, na funcionalidade e no conforto.

No que respeita ao projeto da habitação, já é sabido que a torre e o volume térreo são de épocas diferentes e pertencem à história de formas igualmente distintas. Contudo, as duas construções que formam a Vila Conceição devem funcionar como sempre funcionaram, isto é, como dois corpos geminados, mas independentes, com apenas uma relação visual harmónica. Assim, seria imprescindível que tudo o que pertencesse à Vila Conceição original nela se mantivesse, não só a sua cultura e história como também a traça das construções, ou seja, toda a sua estrutura tinha de se manter inalterada. Portanto, parte-se do princípio que tudo o que são alçados e fachadas frontal e posterior se devem manter, mas os paramentos verticais existentes no interior da habitação, tal como se pode ler no capítulo II, como são inconsistentes, já que foram construídos com o crescimento da família, retirar-se-iam do corpo térreo as paredes interiores. A base de trabalho consistirá numa planta retangular e limpa, apenas com alguns constrangimentos, como é o caso das dimensões e da parede do forno.

Com a existência de uma planta relativamente elementar e estreita, o design de interiores tinha de ser levado a outro patamar, pois com as reduzidas dimensões não bastava desenhar umas peças de mobiliário e colocá-las no espaço ou juntar-lhe elementos meramente decorativos. Desta forma, todos os passos dados no que respeita ao design de interiores foram pensados e criados de forma a obter não só um espaço harmonioso e confortável, mas também um espaço que fosse funcional e estivesse interligado com os aspetos intrínsecos do Turismo em Espaço Rural.

Devido à história, à cultura e à reconhecida utilidade passada dos torreões, seria impensável adulterar esta construção para fazer uma ligação interior entre os dois volumes edificados. Esta é a razão pela qual, no presente projeto, não existe uma ligação interna, mantendo-os independentes um do outro. Neste caso em particular, deixa-se que a história fale mais alto e que, desta forma, quem lá pernoite, mais do que meramente saber, sinta que ter de se deslocar de um volume para o outro não é um constrangimento, mas algo superior a isso: é um reviver histórico, pois estará a refazer os passos que outrora os proprietários fizeram e que era comum que acontecesse.

Uma vez que a cobertura em ambos os volumes tem em falta algumas telhas e que a sua estrutura é instável, é indispensável propor uma reabilitação total da estrutura e a reposição das telhas em falta. As janelas, de madeira, apresentam-se em muito mau estado, duas inclusive sem vidros. Apenas uma das portadas da janela, do alçado norte do torreão, dá a conhecer a sua forma estética, com um coração a meio da portada. Por serem tão singulares, propõe-se o restauro deste exemplar e a execução/reprodução de novas portadas iguais para todas as janelas de ambos volumes.

Nos dois volumes existem quatro portas de acesso ao interior. Três portas são passíveis de restauro, a porta principal da entrada, como apresenta um elevado estado de degradação, torna-se impossível ter o mesmo procedimento, sendo necessário construir uma porta semelhante às existentes.

Os dois volumes ostentam traços comuns. Tendo em linha de conta que são



estruturas independentes, houve a necessidade de criar elementos que gerassem continuidade entre eles, tal como os materiais, os tons e o elemento principal, a parede poente, comum a todos os três espaços - piso térreo, o quarto no torreão e o piso semienterrado.

Esta parede surgiu da procura de algo original que os outros espaços já inseridos na actividade do Turismo em Espaço Rural não tivessem, contribuindo para o projeto como um fator singular e atrativo. A parede, estruturalmente, consiste num acrescento de pedra basáltica à parede existente, pois só desta forma poderiam ser colocados nichos que funcionassem de duas formas: como contentor ou armário e como um expositor de artefactos - tal como os que eram manuseados no cultivo da terra, painéis de ferro de três pés - como as que eram usadas nas cozinhas - , entre outros utensílios bem característicos. Foram então escolhidas duas madeiras para a elaboração dos nichos. A madeira do fundo será uma madeira mais escura e a madeira que compõe as tábuas verticais e horizontais terá um tom mais claro, isto para que haja um sentido de profundidade maior.

As madeiras escolhidas vão sempre ao encontro dos tons umas das outras, uma vez que optar por uma cor e diferentes tipos de madeiras - diferentes veios e frisos - chocaria visualmente e a combinação entre elas tornar-se-ia exagerada. A colocação da madeira de forma a construir nichos é feita por encaixe.

Em todo o conjunto, e no centro dos nichos, a passar com a altura da mesa da cozinha,

existe uma tábua, algo mais encorpada, que destoa das outras espessuras de madeira. O objetivo é obter, além de uma demarcação visual que de imediato nos reporta para a madeira bruta e as construções rústicas antigas, oferecer mais resistência e suporte às pedras acrescentadas e colocadas por cima até preencher a restante parede. Nos nichos são colocadas pequenos focos de luz onde os objetos expostos, como a panela de três pés, o ancinho, entre outros, ganham destaque.

Na zona da cozinha os nichos têm porta para que os alimentos, utensílios e objetos sejam arrumados e organizados, de forma a serem o mais preservados possível. A ideia de colocar os nichos também é um aproveitamento do estudo da história das vivências de gerações anteriores, em que as reentrâncias existentes ou os pequenos espaços que as pessoas tinham eram utilizados para armazenar lenha ou outros bens.

Esta parede apresentando os materiais típicos de construções rurais e de apoio, a pedra e a madeira, e objetos que fizeram e ainda fazem parte do dia-a-dia de quem trabalha as terras, faz com que esta seja o ponto central do projeto. Nela os hóspedes têm tudo o que possam querer e podem arrumar os seus pertences, como as malas de viagem e roupa pessoal. A parede é sempre o ponto central em todos os espaços, como foi explicado antes, no corpo térreo e também no volume torreado - no piso elevado com o quarto e no semienterrado com a arrumação não só dos básicos suplentes de apoio à casa (lençóis, edredons, toalhas de banho entre outros bens) e zona de tratamento de roupas, bem como





dos utensílios para limpeza e higiene da casa. Também existem objetos para trabalhar a terra do agregado proposto, como cortador de relva (não eléctrico e sustentável), caixa de ferramentas, entre outros.

Como se sabe, a cozinha e zona de estar são a mesma e não foram criados elementos separatórios que dividissem estes dois espaços, isto porque outrora, a cozinha era o elemento-chave e integrador onde se passava grande parte do tempo, ou seja, era o espaço usado para cozinhar, confraternizar ou trabalhar. Assim, e eliminando os paramentos verticais edificados pelos antigos moradores, como já foi cabalmente explicado no capítulo II, consegue-se fazer com que a comunicação e a socialização de quem partilha esta experiência, completamente diferente que é o Turismo em Espaço Rural, nunca se quebre e seja contínua, relembrando sempre como era a vida noutros tempos.

Partindo do pressuposto anterior, apenas para fazer uma marcação e aproveitando a lógica das asnas, são colocados quatro barrotes de madeira – com uma expressão menor que as asnas – três deles com o mesmo espaçamento, colocados junto ao balcão de apoio da cozinha e outro colocado na outra ponta. Estes barrotes verticais servem não só para demarcar o espaço como igualmente exercem a função de suporte de um tampo largo, na mesma madeira que a utilizada para fazer os nichos, que servirá principalmente de mesa de refeições. Em todo o caso, poderá eventualmente servir como mesa de trabalho, ou mesmo uma extensão do balcão de preparação das refeições. Para isso, propõe-se a reposição das asnas, uma vez que estas se encontram em mau estado de conservação. Na recolocação das asnas far-se-á uma alteração na disposição da terceira asna a contar de sul para norte, deslocando-a ligeiramente para norte. Assim, a asna exerce uma função estrutural para os barrotes de madeira verticais.

Aquando do levantamento da planta, tornou-se perceptível a existência de um pequeno tampo de apoio, que seria utilizado, possivelmente, quando se cozia pão, fosse para o descanso da massa ou mesmo para depois destes estarem cozidos. Uma vez que a cozinha contém o forno de lenha e a sua respetiva chaminé, e havendo algum espaço, colocou-se um tampo da mesma largura, mas com mais profundidade, visto que não foi acrescentada parede de pedra nova, para colocar a placa do fogão. Assim, a confeção de

refeições aproveita a chaminé existente na casa para o escoamento de fumos e odores provenientes de alguns alimentos.

Relativamente à sala de estar, esta foi concebida em torno da ideia principal de que 'a cozinha tem de ser o ponto central, e a comunicação entre os espaços cozinha/sala, seja ela visual ou física, tem de ser contínua'. À partida, uma vez que a porta principal está de frente e ao centro da sala, ponderou-se se se deveria colocar algum elemento para que o contacto com o interior não fosse direto. Todavia, atendendo às dimensões reduzidas daquele espaço, a colocação de qualquer objeto torná-lo-ia demasiado exíguo e, sendo que um dos objetivos, deste projeto e de todos os outros realizados e a realizar, é que sejam projetos de design inclusivo, que permitam que todos possam utilizar um mesmo espaço, não se colocou qualquer ornamento de permeio. Fazendo jus ao objetivo de inclusão, socialização e partilha, nasce a ideia de conceber um sofá com um design pouco típico que, ao mesmo tempo, fosse flexível e tornasse a sala um espaço acolhedor e igualmente flexível. Assim, o sofá tornou-se a peça-chave da sala. A conceção deste móvel apostou em três peças unidas, cuja ergonomia se adequasse às necessidades dos hóspedes. As peças unidas adquiririam a forma de cama; numa posição diferente mas confortável e num tom de confraternização poderia ter um braço que funcionasse como suporte de copo, e a mesa de apoio seria dispensável, melhorando/facilitando a mobilidade; as peças maior e a mais pequena poderiam ser usadas como sofá de canto, enquanto outra peça, com rodas e sistema de travão, poderia ser usada como chaise longue que podia ser colocada onde fosse mais conveniente, na sala ou, se assim o entendessem, no quarto. No sofá seriam usados materiais como a pele sintética, que revestiria tanto os assentos e encosto como o perfil de apoio em torno dele, o ferro cromado na armação de suporte e quatro rodas para mover a chaise longue sem qualquer esforço. Ainda no espaço de convívio sala/cozinha, e aproveitando um pequeno recanto, colocar-se-ia uma poltrona junto à janela, para que quem quisesse aproveitar os prazeres da leitura o pudesse fazer confortavelmente, desfrutando, durante o dia, de uma luz natural e, ao anoitecer, da luz emanada de um candeeiro de pé.

Neste agregado, a inexistência de Instalações Sanitárias era uma realidade. Portanto, e uma vez que nenhum dos volumes, térreo e torreão, possuíam I.S.³², foi necessária a sua implementação. Primeiramente ponderou-se a hipótese de colocar no exterior, geminada ou não, uma construção que albergasse as I.S. Desde cedo surgiu um constrangimento que poderia não só arruinar o projeto Vila Conceição, como criar conflitos visuais com as construções existentes, porque a edificação de um novo corpo, mesmo incorporando os mesmos materiais, por exemplo a alvenaria em pedra, poderia sempre constituir um choque ou provocar competitividade entre eles. Por mínima que fosse essa possibilidade, criou incompatibilidades e fez com que esta opção fosse declinada. Logo, edificar as I.S no exterior estava fora de questão, portanto, a única solução seria instalá-las no interior.

³²Instalações Sanitárias

Todavia, um novo constrangimento aparecia no horizonte: as medidas da planta eram reduzidas, portanto, criar um compartimento com uma forma incompatível com a estrutura da planta não poderia constituir opção. Várias hipóteses foram colocadas sobre a mesa, estudadas e rejeitadas porque inexecutáveis. Foi então que, num rasgo de lucidez e genialidade, a ideia de criar um paramento vertical no sentido transversal da habitação de piso térreo surgiu. A janela à direita da porta funcionou como guia para a criação deste paramento, uma vez que seria o único espaço capaz de suportar as I.S. - separadas por uma porta deslizante -, pois no outro extremo da casa encontra-se o forno. O paramento vertical principia assim que o cunhal maior, à direita, termina, ficando, desta forma, tangente à ombreira direita. À semelhança do piso térreo, o torreão necessitava de I.S., pois com a inexistência de ligação entre os volumes, era impensável criar aos hóspedes o incómodo de ter de sair do quarto, a meio da noite, para, pelo exterior, acederem às I.S. do outro volume. Nem o argumento de que estariam a experienciar e vivenciar o passado, a história, seria suficientemente forte para que alguém o aceitasse. Portanto, era imperioso criar, também no torreão, I.S.. Assim, depois de aventadas algumas hipóteses, concluiu-se que a resolução do problema passava por usar a janela do quarto, também, como guia para a elaboração do paramento vertical, embora este estivesse mais à esquerda da janela.



Nas instalações sanitárias, a parede comum aos dois volumes manteve-se com pedra à vista, mas como poderia constituir um problema de higiene e limpeza, a solução passaria por envernizar todas as pedras. Onde se encontram instaladas a sanita e o pequeno armário, com lavatório mais espelho, serão colocadas entre a parede e as louças algumas placas de aço corten. Tratando-se de uma zona húmida, e pensando no conforto de quem lá ficasse, pensou-se na instalação de um suporte de toalhas que incorporasse uma componente elétrica, que, simultaneamente aquecesse e transferisse calor para as toalhas acabando por secá-las. Uma vez que o chão da zona do piso térreo é cimentado, em termos térmicos este não poderia ser restaurado por não conferir o conforto desejado. No que diz respeito ao chão do piso superior do torreão, sendo de madeira e encontrando-se, na sua maioria, em ruínas, torna-se impossível o seu aproveitamento. Desta forma, propôs-se a reposição de todo o pavimento, aplicando-se um pavimento em madeira, não só em ambas I.S., mas extensível a toda a casa.

O pavimento do volume térreo e do volume torreado são de madeira maciça com um padrão riscado assimétrico e irregular apresentando-se orientado no sentido transversal de cada peça e evidenciando diversos tons de castanho. A madeira foi um elemento abundante nesta proposta de reabilitação e construção de um agregado para Turismo em Espaço Rural, visto tratar-se de um material muito utilizado nas construções, não só de habitação como também de apoio à atividade agrícola, tornando-se imprescindível neste projeto.

É interessante observar que as duas paredes principais, alçado Frontal e Posterior, são quase opostas uma à outra em todos os sentidos, ou seja, enquanto o interior do alçado frontal tem as paredes rebocadas e pintadas de branco onde apenas a pedra dos cunhais e ombreiras se vê, no alçado posterior o branco é quase inexistente e a pedra constitui a maioria da parede. Este contraste entre as duas paredes interiores é quase atenuada e apresenta uma boa transição entre elas através do chão e do teto, isto porque o chão se mantém em madeira, tal como o teto, embora aquele seja em tons de castanho e o teto, asnas e tábuas que recebem a telha sejam de madeira pintada de branco. Além de fazer uma transição harmoniosa entre os diferentes planos, faz com que o espaço pareça mais amplo e reflita mais a luz, fazendo com que a pedra basáltica se destaque.

Todo este projeto foi concebido a pensar no utilizador, para que este se sinta confortável, ao mesmo tempo que se encontra numa zona rural onde, à partida, o conforto poderia ser menor. Foi imprescindível que tudo fosse concebido num design inclusivo a todos os níveis, tanto nas medidas mínimas necessárias no espaço de passagem, como na quantidade de mobiliário e produtos máximos necessários, de modo a não criar constrangimentos a quem quiser desfrutar da essência do Turismo em Espaço Rural.

Considerações Finais

A proposta deste projeto, Turismo em Espaço Rural, compagina-se com a constatação de um facto inegável: desde o século XIX que as construções rurais que fazem parte da História e cultura de um povo estão, na sua grande maioria, abandonadas.

O Arquipélago dos Açores não constitui exceção. Portanto, aproveitando o conhecimento profundo que tenho desta região autónoma, de onde sou oriunda, propus-me desenvolver um projeto que pudesse constituir uma tentativa de dar nova vida, de reabilitar um desses espaços historicamente rico. Para isso, escolhi um espaço geograficamente bem localizado na ilha de S. Miguel, a saber, a Vila Conceição e, ao serviço de um projeto que se quer profissional e consentâneo com toda a aprendizagem realizada ao longo do curso, encetei um estudo aprofundado e arquitectei todo um plano que se revelou muito proveitoso para a minha vida futura.

Ao longo de todo o trabalho, não perdi de vista documentos importantes e orientadores como a Carta de Veneza - de referência para a conservação e restauro dos monumentos e sítios -, a Carta de Bruxelas - que retrata o papel do património fundamental na economia -, a Declaração de Viena - sobre o incentivo ao património em período de recessão económica - e a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (D.G.A.D.R.).

Acreditando que é necessário manter não só as tradições do cotidiano de um povo, herdadas em espaços históricos, em espaços que fizeram parte da vida das gerações passadas, como também a autenticidade e identidade nas intervenções realizadas hodiernamente, tentei, no meu projeto, preservar ao máximo as traves mestras da Vila Conceição e, ao mesmo tempo, transformá-la num espaço moderno, de interesse patrimonial e pedagógico.

Futuramente, seria interessante elaborar um projeto para cada uma das construções que apresentei, nomeadamente o desenvolvimento da arquitectura e design do interior das duas novas construções: a habitação e a loja/bar, bem como desenvolver todo a ideia subjacente à configuração do terreno circundante, como a localização de todas as plantações ou cultivos e trajetos-guia devidamente desenhados, não só para os acessos como para a sinalética.

Bibliografia

ALBERGARIA, Isabel Soares de. *Quintas, Jardins e Parques da Ilha de São Miguel (1785 - 1885)*. 1ª ed. Lisboa: Quetzal Editores. Julho de 2000

ALBERGARIA, Isabel Soares de, s.d. «*Arquitectura Regional*» *Debates e propostas em torno da casa açoriana na I república*. s.l.:s.n.

BENEVIDES, Mónica Carvalho, 2013. *Portais de Quintas, Mirantes e Torreões - Elementos da Arquitectura da “Economia da Laranja” na Fajã de Baixo*, ilha de São Miguel. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

BERNARDO, Gilberto. *Pico da Pedra - Percurso de um Povo (Sécs. XVI-XXI)*. 1ª ed. Pico da Pedra(Ilha de São Miguel):Casa do Povo de Pico da Pedra 2007.

BOTELHO, Virgílio Borges., 11 Abril 1959. *Livro das descrições prediais*. Ribeira Grande: s.n.

BOTELHO, José Emídio, *Memórias da Água Potável da Freguesia de Pico da Pedra*, pp.9-10 e 80, Edição da Junta de Freguesia de Pico da Pedra

BORGES, Pedro Maurício de Loureiro Costa. *O Desenho do Território e a Construção da Paisagem na Ilha de São Miguel*, Açores. Coimbra: s.n. 2007

BRUNO, Jorge A. Paulus. *Ribeira Grande São Miguel - Inventário do Património Imóvel dos Açores*. Ribeira Grande: Direção Regional da Cultura, IAC - Instituto Açoriano da Cultura, Câmara Municipal da Ribeira Grande. Junho de 2007

CALDAS, João Vieira. *Arquitectura Popular dos Açores*. Lisboa : Ordem dos Arquitectos. Maio de 2007

DIAS, José Maria Teixeira, *A História do Povo Açoriano*. PUBLIÇOR 2011

MARTINS, Francisco Hernesto de Oliveira, 1992. *Ambientes Açorianos - da Época dos Descobrimentos à das Viagens e Emigração*. Ponta Delgada 1992 - SIGNO.

MASCARENHAS, Jorge. *Sistemas de Construção XIII - Reabilitação Urbana*. Editora: Livros Horizonte. Lisboa 2012

MATOS, Artur Teodoro; MENESES, Avelino de Freitas; REIS, José Guilherme. *História dos Açores - Do Descobrimento ao século XX*, vol.I. Editora Instituto Açoriano da Cultura. Edição de 2008

MENDONÇA, PE. António Furtado de, 1993. *Memórias do Pico da Pedra* (coligidas de documentos e tradições no ano de 1913). Junta de freguesia do Pico da Pedra.

MENDONÇA, Luís, 1998. *Aspectos da Vida Quotidiana nos Açores*. Ponta Delgada. Nova Gráfica - Fajã de Baixo

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando; PEREIRA, Benjamim. *Notas de Etnografia Insular - Moinhos de Vento - Açores e Porto Santo*. Lisboa, Centro de Estudos de Etnografia Peninsular, 1968.

Revistas

34.º Congresso Internacional de Urbanistas, Edição Especial. Açores, Bem-Vindo! Açores, Azores, Welcome! de 26 de Setembro a 2 de Outubro de 1998. Edição: Direcção Regional do Ambiente - 1500 exemplares.

Entrevistas e gravações sonoras

CALISTO, Maria. Ivone, 2014. Historial de propriedade na família [Entrevista] (3 3 2014).

CASA DOS PLÁTANOS - Construção turismo rural - Rua dos Arrebentoes, 5, Sete Cidades - São Miguel - Açores

CASA SANTA RITA - Construção turismo rural - Rua do Burguete, Beco A -1, Faial da Terra - São Miguel - Açores

MOINHO DAS FETEIRAS - Moinho e construções turismo rural - 2º Cha das Cruzinhas, Feteiras - São Miguel - Açores

MOTA, Marcolina Frazão, 2014. Experiência de vida na casa em estudo [Entrevista] (3 1 2014).

QUINTA DA MÓ - Construções turismo rural - Rua da Água Quente,33, Furnas - São Miguel - Açores

TEIXEIRA, A. M., 31 de Outubro de 2013 . Colóquio sobre Arquitectura Popular. [Gravação Sonora] (FAUL- Faculdade de Arquitectura)

Documentação histórica obtida

BOTELHO, V. B., 11 Abril 1959. Livro das descrições prediais. Ribeira Grande: s.n.

Sites Consultados

Anon., s.d. CARTA DE BRUXELAS sobre el papel del patrimonio cultural en la economía, y para la creación de una red europea de su reconocimiento y difusión. [Online]

Available at: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeBruxelas.pdf>
[Acedido em Agosto 2014].

Anon., s.d. DECLARAÇÃO DE VIENA - Um incentivo ao património em período de recessão económica. [Online]

Available at: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/DECLARACAODEVIENA.pdf>
[Acedido em Agosto 2014].

<http://news.nationalgeographic.com/news/2007/10/photogalleries/island-pictures/photo4.html>

<http://www.casasacorianas.com/acoresh/noticias.php#noticia-290>

<http://www.dgadr.mamaot.pt/diversiicacao>

Anexos

ENTREVISTA A MARCOLINA FRAZÃO MOTA-77 ANOS

Quantos anos viveu na casa em estudo?

-22 anos

Os seus pais já viviam na casa?

-Não, a minha casa era nas Calhetas e porque uma tempestade destruiu o quintal da casa e aí é que fui viver para a casa da eira com a minha família.

Qual a relação do seu pai com o terreno onde a casa está implantada?

-O meu pai Manuel Mota trabalhava na terra por conta do patrão que era o senhor Clemente da Silva Calisto.

Com que idade veio viver para a casa, quem dormia onde e como era a casa?

-Vim para o Pico da Pedra com quinze anos e foi com essa idade que fui viver para essa casa. Os meus pais é que dormiam no quarto grande, eu dormia no quarto da direita que era dividido com madeira e a janela ainda era uma gateira de madeira (abertura na parede de dimensões menores à de uma janela e sem vidro). A cozinha também não tinha janela apenas uma gateira também. A porta da cozinha não existia, foi feita depois com cimento na beira de fora. Lá fora a seguir à cozinha tinha uma retrete que foi feita depois porque não havia quarto de banho, ao pé da retrete tinha a pia de lavar a roupa. O curral do porco e o secadouro do milho também fi cavam logo a seguir. As obras das janelas e da porta da cozinha foram feitas ao mesmo tempo. De início a entrada para o granel era em rampa, depois é que foram feitos os degraus e cimentado o chão e está la gravado na entrada a era em que foi feito, a rampa e o chão do granel eram de terra e tinha lá as báias que era do burro e do cavalo comerem porque eles dormiam lá. A casa sempre foi guarnecida por dentro, pelo menos as paredes de pedra menos a cozinha em que as pedras eram pintadas de branco, inicialmente a casa baixa tinha só a cozinha e o quarto onde eu dormia. Os dois quartos do meio da casa foram feitos mais tarde e eram divididos com blocos que nunca foram guarnecidos. O chão da casa era todo de terra batida menos o quarto, depois é que quando se fez os quartos cimentou-se o chão da casa menos a cozinha que ficou sempre de terra até hoje. Na cozinha sempre me lembro de ter o forno de lenha e do mesão encostado a parede, fizeram depois foi uns armários para arrumações. A chaminé sempre me lembro dela assim também mas eu sei que a chaminé metia fumo dentro por isso é que fizeram o pescoço de cavalo. A casa sempre teve aquelas portas e janelas de madeira com as suas portadas. Depois de eu me casar é que se mandou fazer os dois pilares de pedra e o alpendre do balcão porque até aí o balcão era descoberto, esta foi a ultima alteração feita na casa.

Como era o seu dia-a-dia?

-Fazíamos bordados sentadas a beira da porta.

O forno como é que funcionava?

-Cozia-se pão duas vezes na semana e era só pão de milho, tínhamos os alguidares de barro onde amassávamos o pão, primeiro peneira-se a farinha e depois escalda-se o pão com água a ferver e um bocado de sal, depois misturava-se um quilo de farinha de trigo para ficar mais saboroso, no fim metia-se o fermento. Esse pão só ia ser cozido no dia seguinte, o forno era aquecido com lenha que se incendiava e só depois das pedras da frente do forno ficarem vermelhas do calor é que se mete o pão lá dentro com uma pá de madeira. Consoante o tipo de lenha o forno levava três a quatro horas a aquecer e o pão demorava mais ou menos uma hora a cozer. Na cozinha tinha uma mesa e um banco, era ali que se comia e que se passava o tempo, ou seja, era cozinha e sala. Quando se matava o porco era no granel que se pendurava e depois era para a cozinha que vinha já partido para ser salgado no talhão e era na chaminé que se penduravam os chouriços e as morcelas.

Quais eram os cultivos deste terreno?

-Cultivava-se tabaco, milho, feijão, fava e amendoim. Onde a terra era mais fraca plantava-se vinha.

O quarto superior como era?

-Era todo guarnecido e pintado de branco com uma copeira na parede do fundo onde tinha um relógio de parede. Na empena da casa sempre me lembro de se por o mastro quando era pelas festas. Ao lado da porta do quarto tinha uma gateira com fundo de pedra que servia só para colocar alguma coisa como um candeeiro de petróleo por exemplo.

Mais alguém morava nas imediações?

-Só morava uma senhora numa casa de palha ao pé do posto de leite que hoje existe. Antigamente cortavam o trigo maior para cobrir as casas de palha. A casa tinha um quarto, uma cozinha com forno e um sótão que a senhora forrava com lençóis para que a casa ficasse mais agasalhada para os filhos.

ENTREVISTA À CASA DOS PLÁTANOS - Ana Catarina M. T. Rodrigues

1. Como surgiu a ideia de propor a casa/quinta para turismo rural?

Esta casa iniciou-se como uma casa de passar férias para os proprietários mas no verão do ano passado 2014 inicie a atividade de alugar a hóspedes estrangeiros dado a sua localização num local paradisíaco que é as Sete Cidades. Notei que os estrangeiros que passavam pela casa tiravam sempre fotos pois é uma casa muito rústica em pedra de basalto.

2. Já tinha experiencia no ramo da hotelaria, antes de iniciar este projecto?

Nunca me tinha dedicado a este ramo antes de iniciar esta nova atividade.

3. Existe alguma fundamentação histórica associada à casa/quinta?

Casa muito antiga em pedra de basalto.

4. Fizeram alterações, nomeadamente à sua estrutura e planta?

Sim fizemos muitas alterações no seu interior mas não tocamos na fachada nem na traça original.

5. Como era a casa/quinta, caso tenham feito alterações?

A casa era cimentada e pintada de verde com estores brancos. Não tinha a pedra de basalto à mostra. Tivemos que picá-la de modo a por a descoberto toda a pedra lindíssima que estava tapada com cimento. Também no seu interior fizemos o mesmo. O espaço exterior também foi recuperado. Existe um espaço com um toldo como se fosse a continuação da sala e no jardim plantamos algumas flores e foi colocada uma pequena piscina rodeada por hortênsias.

6. Quais são as suas mais-valias em relação à restante oferta da concorrência?

A mais importante é a sua localização nas Sete Cidades e também a rusticidade da casa (de pedra) com a sua decoração cujo o tema foram galinhas....A casa tem todas as comodidades modernas inclusive Wi-Fi.

7. Como se promovem no exterior de Portugal?

A casa está publicitada em vários sites (e-booking, airbnb, etc). Tenho uma gestora que gere todas as reservas. Também está no Facebook Casa dos Plátanos

8. Como publicitam ou que estratégias de Marketing utilizam para promover o espaço?

Através de sites da especialidade. Irei também futuramente inscrever-me na Associação Casa Açorianas.

9. Como classifica o turista que mais procura este espaço?

Turista que procura o contato direto com a natureza. Gosta de fazer trilhos, andar de bicicleta. É um turista com "classe".

10. Oferecem actividades ou experiencias? Quais?

Não oferecemos nada de concreto. Publicitamos outras empresas .

11. Existe alguma parceria entre a casa/quinta e outra entidade que forneça experiências ou actividades?

Sim.

12. A procura pela casa/quinta tem aumentado?

Tem aumentado Muito, uma vez que demos inicio só no verão do ano passado e agora temos tido reservas para quase todos os meses.

ENTREVISTA À CASA SANTA RITA - Paulo Viveiros

1. Como surgiu a ideia de propor a casa/quinta para turismo rural?

Era sonho antigo que se tornou realidade após ter disponível os meios necessários.

2. Já tinha experiência no ramo da hotelaria, antes de iniciar este projecto?

Iniciei neste projecto a meio do curso de Turismo na UAC.

3. Existe alguma fundamentação histórica associada à casa/quinta?

A casa não tem uma história interessante, é uma casa á volta dos 85 anos construída em pedra vulcânica e com a traça típica micaelense.

4. Fizeram alterações, nomeadamente à sua estrutura e planta?

Não foi feita qualquer alteração a fim de manter a originalidade.

5. Como era a casa/quinta, caso tenham feito alterações?

Não foi feita qualquer alteração.

6. Quais são as suas mais-valias em relação à restante oferta da concorrência?

Principalmente a localização e o ambiente envolvente. A Casa também oferece a experiência de como os nossos antepassados viviam.

7. Como se promovem no exterior de Portugal?

Através de agência de viagens, operadores e via sites especializados na promoção de casas de férias.

8. Como publicitam ou que estratégias de Marketing utilizam para promover o espaço?

Principalmente através de fotos bem conseguidas e a promoção da localização do empreendimento.

9. Como classifica o turista que mais procura este espaço?

Turista experiente que procura originalidade, tradição e gastronomia local e experiências na natureza.

10. Oferecem actividades ou experiências? Quais?

Apenas oferecemos o alojamento, por enquanto.

11. Existe alguma parceria entre a casa/quinta e outra entidade que forneça experiências ou actividades?

Temos os contactos de algumas empresas de animação turística, mas os nossos clientes já vêm com tudo programado e estudado, na recepção do cliente propomos algumas actividades e experiências.

12. A procura pela casa/quinta tem aumentado?

A procura depende de vários factores, no entanto as grandes empresas do sector turístico cada vez mais “puxam” os clientes para as suas unidades hoteleiras deixando as mais pequenas com alguma dificuldade.

ENTREVISTA A MOINHO DAS FETEIRAS - Costa Martins

1. Como surgiu a ideia de propor a casa/quinta para turismo rural?

A ideia partiu do filho que foi possível através do empreendimento jovem e pelos incentivos existentes.

2. Já tinha experiencia no ramo da hotelaria, antes de iniciar este projecto?

Pessoalmente estou envolvido num cargo de gestão no ramo hoteleiro, mas o filho não tinha qualquer experiencia em hotelaria.

3. Existe alguma fundamentação histórica associada à casa/quinta?

O moinho é dos finais do século XIX ou do inicio do século XX.

4. Fizeram alterações, nomeadamente à sua estrutura e planta?

Dado o estado de ruínas, após a compra as construções foram reconstruídas e reabilitadas para habitação. Com as fortes remodelações a fim de tudo ficar de forma a proporcionar conforto aos turistas, como por exemplo foram instalados ar-condicionados entre outros. Apesar de tudo era de interesse manter a traça original. O Moinho tem capacidade para duas pessoas e dado o seu formato não foi fácil a instalação dos equipamentos, mas a adaptação foi conseguida e os hospedes têm uma vista panorâmica de 360°, a partir do quarto, das paisagens circundantes e do mar. A Casa do Moleiro, a casa maior, alberga quatro pessoas e o mobiliário e o carácter é mais tradicional já que toda ela é feita de pedra. Também pode observar-se no seu interior uma pedreira que contorna uma das paredes. A Casa da Mó de Cima acomoda três pessoas e possui uma decoração mais moderna e com uma vista para o moinho e o mar.

5. Como era a casa/quinta, caso tenham feito alterações?

Depois da propriedade e construções terem sido adquiridas, em 1972, foi tudo reformulado ao mm tempo, quer casa quer o moinho pois encontravam-se num estado de ruínas e seguidamente foram logo transformados para habitação.

6. Quais são as suas mais-valias em relação à restante oferta da concorrência?

A localização é uma mais-valia, a distancia a ser percorrida pelos hospedes até ao centro

de Ponta Delgada e conseqüentemente ao Aeroporto João Paulo II é bastante acessível. Além do vasto jardim com inúmeras árvores, num raio de 15 a 20km a partir do empreendimento turístico, Moinho das Feteiras, existem vários pontos de grande interesse a nível cultural e turístico da ilha. A Lagoa das Sete Cidades que pode ser observada e apreciada de vários ângulos, tanto pelo miradouro da Vista do Rei como pelos passeios pelas cumeeiras e envolvente da lagoa. Além dos trilhos na pequena vila dos Mosteiros, situada na ponta mais a oeste, encontra-se a zona balnear - praia e piscinas naturais. A poucos quilómetros na freguesia de Ginetes, encontra-se a Ferraria, local que possui piscinas naturais onde a experiência de um banho quente em pelo mar é única. Também na Ferraria os visitantes podem usufruir do complexo termal e das suas opções de SPA, restaurante, entre outros. Existe também a possibilidade de, na freguesia de Ginetes, programar um passeio de charrete ou a cavalo.

7. Como se promovem no exterior de Portugal?

O projecto é bastante recente e a actividade tem início em Março e por enquanto o Moinho das Feteiras só está registado no site Booking.

8. Como publicitam ou que estratégias de Marketing utilizam para promover o espaço?
Através do Booking.

9. Como classifica o turista que mais procura este espaço?

A pergunta não se aplica pelo motivo da actividade ainda não ter iniciado.

10. Oferecem actividades ou experiências? Quais?

Além das várias opções que os hóspedes têm, à escolha no exterior, o espaço possui uma horta e bicicletas para os hóspedes utilizarem. Adicionalmente, facilitamos a programação de passeios de bicicleta, whale watching, passeios de barco, entre outros.

11. Existe alguma parceria entre a casa/quinta e outra entidade que forneça?

Não existe ainda nenhuma parceria.

12. A procura pela casa/quinta tem aumentado?

Ainda é cedo, porque como foi já dito, o moinho e as casas estão a aceitar hóspedes a partir de Março, mas já existem várias reservas, de momento espaçadas - já para os meses de Abril, Maio Julho e alguns já mais à frente, mas esperamos receber agora mais reservas. Embora possa afirmar que a procura pelas casas é equilibrada, não há uma casa que esteja a ter mais procura.

ENTREVISTA A MARIA IVONE CALISTO- 69 ANOS

Aquela terra lá em baixo aquilo antes era da sua família?

-Não sei se aquilo era do meu avô ou antes seria do meu bisavô, agora não sei em que nome estava, se estava no nome do meu avô Clemente da Silva Calisto, se era do meu bisavô José Cabral da Mota

Esse nome a Dona Manuela Rosa já deu..

-No nome do meu pai, eu penso, que ele nunca pôs nada no seu nome, José da Silva Calisto Estrela, desses três nomes é que está, que lembro-me quando vinham contribuições para pagar das terras, alguma coisa ainda estava no nome de José Cabral da Mota, que era o avô do meu pai.

E o Senhor José Cabral da Mota é seu bisavô, mas materno ou paterno?

-É paterno, do lado da mãe, Maria Olinda Cabral da Mota e o José Cabral da Mota é pai dessa Maria Olinda.

Então aquela terra vem do lado do seu pai?

-Do meu pai, agora o José Cabral da Mota a quem é que deixou, eu não sei, para a frente eu já não sei mais.

Mas pressupõe-se que foi em herança não é?

-Exato, exato. Até porque aquilo ali, era porque os Motas, a família Mota é daqui do Pico da Pedra, devido a que foi aqui que eles se fixaram, e então aquele outro terreno, não tem ali uma outra quinta ao lado que está ali meia abandonada?

Sim, que tem umas árvores grandes...

-Exatamente, aquilo também era de um Mota, que era de um senhor, que foi presidente da câmara durante muito tempo, que morava na Ribeira Seca, António Augusto.

Antigamente aquelas duas terras eram do mesmo dono?

-Portanto eu não sei se eram do mesmo dono à muitos anos atrás, mas quer dizer, eram de família, eram de pessoas da mesma família. Da família Mota. Os dois eram Motas.

Mas isso então é da família da que é proprietária agora?

-É do pai dela. Continua na família dela. O pai dela é que antigamente aquilo era uma quinta impecável.

A família daquela senhora vem a ser da sua família, há muitos anos atrás?

-Também é desses Motas, todos para aí. Agora aquela casinha, é assim, aquilo tem duas partes distintas não é? Aquela primeira parte mais antiga chamava-se casa agrícola que

existia nas terras

Qual é a mais antiga, a mais baixinha ou a alta?

-A alta é a mais antiga. Se repares quando agente vai na estrada da via rápida para Ponta Delgada, tem duas casinhas daquele género numas terras que estão pintadas de rosa meias abandonadas, meias degradadas. Que aquilo as pessoas usavam nas terras, e iam para lá para tomar conta dos trabalhadores para ver e então na parte de baixo arrumavam os produtos na terra e aquele quarto de cima tinha uma cama e uma cómoda que usavam para os senhores descansarem.

E então ninguém dormia lá?

-Não, durante o dia quando eles iam para lá com os trabalhadores

Aquilo tem duas pedras naquela empena, uma mais em cima e outra mais em baixo, que parece ser de um pôr um mastro...

-Ah era de por a bandeira, agora depois aquela outra casa já é do meu tempo, que foi o meu pai que fez.

O seu pai é que fez a parte de baixo?

-Exatamente, foi meu pai que fez aquela parte de baixo, que foi assim, o senhor Manuel do Porto, que vem a ser o teu bisavô, morava ali nas Calhetas, ao pé daquela casa cor-de-rosa, que até fizeram uma na estrada igual, o mar levou os quintais e ele ficou com a casa, sem o quintal que caiu tudo pela rocha. Como ele trabalhava com o meu pai, ele é que tomava conta das terras, o meu pai fez aquela casa para eles morarem, aquela parte de baixo. Eu era novinha, mas a Marcolina deve saber a data exata de quando fizeram aquela casa.

O que é estranho é que minha avó diz que sempre se lembra daquilo.

-Não senhor, eu lembro-me de fazer aquilo.

Mas a minha avó diz lembrar-se de ir para lá viver com 15 anos.

-Aquela casa se virem não tem nada haver a parte de cima com a parte de baixo.

E essa parte mais alta é a mais antiga?

-É a mais antiga mas não sei dizer quanto tempo. Mas antigamente usavam aquelas casas assim e eu recordo-me do meu pai fazer, e não tem ligação por dentro e não tem nada haver.

A minha avó diz que aquilo tinha na parte mais baixinha era só uma ou duas gateiras e depois é que substituíram por janelas.

-O que eu recordo-me da casa era assim, entrasse e à direita tinha um quarto maior à direita e depois mais 2 mais pequeninos e depois tinha a cozinha, e agora se tinha as

janelas eu já não me recordo.

No pasto do Jaime Sampaio, dá para ver que aquela parte mais alta tem um afastamento e a outra parte está desviada, não está unido.

-Pois, e a tua avó a Marcolina tinha 14 anos e eu tinha 6 anos e lembro-me bem da casa ter caído e meu pai ter feito a casa e de eles terem vindo para cima.

Quando foi que o seu pai nasceu?

-Se fosse vivo tinha... Eu tenho 69, minha mãe tinha 90 e meu pai devia ter uns 95, mas a minha irmã sabe bem essas datas, mas eu sinceramente não sei.

Era para saber mais ou menos em que data ou século é que a parte mais recente foi feita.

-Sim, mas essa é mais ou menos fácil foi por volta dos anos 50.

Tenho mapas antigos e já me aparece o quadradinho desde 1897, agora não sei se antes de 1897 a torre já estava lá, e é o que eu preciso saber e é o que ando a investigar para descobrir isso.

-Eu às vezes também digo que gostava de saber. Como é que se chamavam os pais da minha bisavó, que era Francisca Margarida e o marido era José Cabral da Mota, que eram primos filhos de irmãos, mas os pais deles eu não sei quem eram, ou seja os bisavôs. Quem sabe muitas dessas coisas é o Victor Frazão, mas eu também não tenho tempo de juntar e perguntar. O avô do Victor Frazão era sobrinho da minha bisavó. (...)

Essas terras na sua família, passavam de pai para filho?

-Sim, exatamente, até chegar ao meu pai, que teve pouco juízo, mas pronto.

Aquela parte interior em blocos já foi do tempo da casa? Ou foi depois?

-Dividiram aquilo lá dentro, é da mesma altura, aquilo tinha o forno, aqueles dois quartos, meu pai era muito certo e então era um quarto para os rapazes e outro para as raparigas de certeza, e aquilo nem tinha porta, aquilo era só um reposteiro enrramado para tapar.

A minha avó, Marcolina, diz que aquilo era tudo aberto...

-Ah mas não era...não tinha era porta.

Aquelas janelas têm uns corações, já era assim, ou foi posterior?

-Meu pai é que fez aqueles corações, aquilo já era tudo assim. E o azulejo também, e admira-me não ter data. A questão das terras era a minha bisavó, primos de irmãos e só tinham uma filha, mãe do meu pai, por sua vez minha avó só teve um filho, meu pai e ficou sempre nos nomes, não se passava os nomes ficava sempre no mesmo nome.

No arquivo de Ponta Delgada a senhora disse que antes 1912 não era obrigatório fazer os registos, portanto o seu bisavô é desse tempo, de 1800 e tal, por isso deve estar nesse

nome.

-Mas não sei se meu pai terá colocado no seu nome.

A escritura da minha avó tem como referência a outra, a quem o pai da Dona Ivone vendeu, um senhor do Canadá, que por sua vez vendeu aos meus avós.

-O meu bisavó só tinha uma filha que por sua vez só teve um filho, o meu pai nunca registou nada, porque era assim. Mas naquela casa, na parte de baixo, era para guardar o que a terra dava e para deitar os animais, o cavalo por exemplo.

A única que tem o lugar para pôr o mastro é aquela casa.

-Meu pai é que tinha mastros e bandeiras, e deve ter sido meu pai que meteu.

Ele costumava ter bandeiras?

-É, aquilo nas festas costumava meter-se sempre a bandeira, na parte da varanda. A minha bisavó já morava ali e ela foi criada nessa casa aqui, e ela era prima fi lhas de irmãos daquele Dr. Dinis Moreira da Mota, que morava nessa casa aqui, e ela foi criada com ele, e ele foi o padrinho de casamento da minha avó e era padrinho do meu pai.

ENTREVISTA À QUINTA DA MÓ - LUÍSA VALÉRIO

1. Como surgiu a ideia de propor a casa/quinta para turismo rural?

A propriedade já pertencia à família do marido mas encontrava-se em estado de abandono e em 2007 iniciou-se o processo de reconstrução da quinta.

2. Já tinha experiência no ramo da hotelaria, antes de iniciar este projecto?

Não havia qualquer experiência no ramo hoteleiro.

3. Existe alguma fundamentação histórica associada à casa/quinta?

A Quinta da Mó, propriedade centenária, era um antigo moinho movido a água e tinha uma carpintaria onde se executava os tradicionais móveis típicos das Furnas.

4. Fizeram alterações, nomeadamente à sua estrutura e planta?

Existem na Quinta da Mó três casas suspensas sobre colunas de pedra forradas a madeira exótica, todas com deck e umas enormes vidraças voltadas sobre o jardim e a ribeira que o atravessa, foram desenhadas pelo Arquitecto Fernando Monteiro. A Casa do Granel, a Casa do Cafuão, que relembra o lugar onde se guardavam os cereais e a Casa do Engenho, construída no lugar da antiga carpintaria, aqui faziam-se cadeiras e mobiliários típicos da zona, as Furnas. Esta última casa, um T1 como as outras, distingue-se por um detalhe que a torna especial: o tecto envidraçado do quarto permite-nos estar deitados a observar através do vidro ou não o céu. Enquanto que na casa principal a decoração é claramente mais tradicional onde os tons neutros, a madeira maciça, os objectos rústicos e claro o azulejo típico artesanal, nas restantes três casas do jardim, é a cor mais forte que confere um estilo jovial a uma decoração mais contemporânea e mais informal. No exterior da quinta existem boas valências como um recanto para ler, a coberto um jacuzzi rodeado por vegetação e uma zona com barbecue para os hóspedes, isso tudo sempre num constante contacto com a Natureza, onde se deleitam com o convite ao descanso com os sons característicos que quem está num meio rural, longe da agitação cidade.

5. Como era a casa/quinta, caso tenham feito alterações?

Foi em 2009 que as questões burocráticas ficaram concluídas. A alteração feita foi acrescentar as instalações sanitárias que não existiam. Do moinho apenas resta a mó, que aliás foi o que deu o nome ao projecto Quinta da Mó, que se encontra exposta na parede da casa principal.

6. Quais são as suas mais-valias em relação à restante oferta da concorrência?

A localização única sem dúvida que é uma mais valia, o facto de estar inserida numa quinta rodeada por uma vasta vegetação em mata verde, e no exterior da quinta existem as poças naturais, as caldeiras que sem dúvida são uma grande atracção pois desperta a curiosidade de muitos que visitam o local.

7. Como se promovem no exterior de Portugal?

A Quinta da Mó está registada no Casas Açorianas, na central de reservas, no TripAdvisor, no Booking e no Airbnb.

8. Como publicitam ou que estratégias de Marketing utilizam para promover o espaço?

Sobretudo pelos operadores turísticos. A palavra e experiências que vão passando aos seus conhecidos e realmente há quem já tenha repetido a experiência mais de duas vezes na Quinta da Mó. A Quinta já recebeu vários prémios desde 2013 inclusive um deles apenas 1% a nível mundial recebe, o que é uma grande satisfação e recompensa pelo esforço e dedicação.

9. Como classifica o turista que mais procura este espaço?

Sobretudo são famílias, alguns recém-casados que vêm em lua-de-mel. Os turistas que frequentam a Quinta da Mó podem ser classificados como pertencentes a uma classe média-alta.

10. Oferecem actividades ou experiências? Quais?

A recepção ao hospede é muito importante. À sua chegada recebem informações de actividades fora e dentro da Quinta, como por exemplo o barco a remos e o jacuzzi, e de restauração. Na sua recepção são acarinhados com uma cesta com produtos típicos da região.

11. Existe alguma parceria entre a casa/quinta e outra entidade que forneça?

Não existem parcerias oficiais mas há um contacto com as entidades que fornecem experiências e tendo em conta os interesses dos hospedes as informações são devidamente fornecidas.

12. A procura pela casa/quinta tem aumentado?

Pode dizer-se que o ano de 2013 foi muito bom a todos os níveis, já 2014 não superou o ano anterior. No corrente ano, 2015, a Quinta da Mó tem boas perspectivas, a construção maior tem tido mais procura em comparação com as restantes.

Documento retirado do Livro das Descrições Prediais, obtido na Conservatória do Registo Predial da cidade de Ribeira Grande

VILA CONCEIÇÃO | TURISMO EM ESPAÇO RURAL

ANEXOS

82

1672667 174

LIVRO DAS DESCRIÇÕES PEDIAIS

274

DESCRIÇÕES E AVERBAMENTOS	REFERÊNCIA AOS OUTROS LIVROS DE REGISTO
<p style="text-align: center;">1959 - Abrif. 11-2</p> <p>1.º - A requerimento de José da Silva Calisto Calisto, casado, proprietário, morador no Povo da Pedra, se declara que este predio tem a área de 146,26 ares (10 alqueiros e 100 varas), de terreno, onde se acham edificadas uma casa, com três quartos e cozinha, rebola e casa de banho, e sobejam uma parte com base a 1.º andar com um quarto, achando-se a parte sobranceira com outras predios, tendo sido feita a competente quitação que para a respectiva inscrição, sob 4 de Abril corrente. Valor unal: - 200.000\$00.</p> <p>Requerimento, reconhecido nesta data, por Virgílio Borges Botelho, advogado do cartório notarial desta comarca, que arquivou com uma cópia da decisão de transacção deste cartório, passada em 4 de Abril de corrente ano, pelo aspirante Vítor Gonçalves (R. E. Almeida) em 1969.</p> <p style="text-align: center;">70 1</p> <p>2.º - A parte sul uma do predio desta divisão n.º 24031 está inscrita na respectiva matriz predial sob o artigo n.º 774.</p> <p>O conservador Francisco Senão Gomes</p> <p>Apresentação n.º 11 de 27 Abril - 1973</p> <p>1.º - Este predio n.º 24031 tem o valor unal de 122.800\$00.</p> <p>O ajudante em exercício - A. Borges de Mello</p> <p>Apresentação n.º 212 de Julho - 1973</p> <p>2.º - O predio desta divisão n.º 24031 tem o valor unal de 260.000\$00.</p> <p>O conservador Francisco Senão Gomes</p> <p>AN-5 - Em 200386 foi emitido o livro de Registo</p> <p>O Conservador -</p> <p>AN-6 - Em 060387 foi adjudicado para a lote n.º 00309 a frequência do r.º de Leilão. O 3.º Ajudante em exercício -</p>	<p style="text-align: right;">39/11/59 n.º 24031</p> <p style="text-align: right;">4 de Abril de 1959 n.º 24031</p> <p style="text-align: right;">4 de Abril de 1959 n.º 24031</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; transform: rotate(-15deg); display: inline-block;"> <p>Conservatória do Registo Predial da cidade de Ribeira Grande</p> <p>20/11/73</p> <p>20/11/73</p> </div>

*revisar a un Govt. Dirección.
ia as DIED para divulgação
de "VOSPAR", tal como a 'Declarações
na (para divulgar também*

*Honorable e ratifico
3-7-09
Ao Senhor Director
Vc ao Senhor Subdirector
D.F.E.D.; D.S.; D.P.O.; D.G.*

ELÍSIO SUMARÉ
Director

**CARTA DE BRUSELAS SOBRE EL PAPEL DEL PATRIMONIO CULTURAL
EN LA ECONOMÍA, Y PARA LA CREACIÓN DE UNA RED EUROPEA DE SU
RECONOCIMIENTO Y DIFUSIÓN**

En Bruselas, a 30 de Junio de 2009, reunidas las personas abajo firmantes, pertenecientes y/o representantes de Administraciones Públicas, Instituciones, Empresas y expertos en el sector de la conservación, restauración y gestión del patrimonio Cultural con el fin de analizar el alcance y naturaleza de la influencia que ejercen las distintas actividades relacionadas con esta materia en el sistema económico de los países y comunidades de nuestro ámbito europeo, y de cara a incrementar el papel que el Patrimonio Cultural viene ejerciendo en la consecución de los objetivos acordados en el encuentro de Jefes de Estado celebrado en Lisboa en Marzo de 2000 para hacer de la Unión Europea en 2010 "la economía mundial más competitiva y dinámica, basada en el conocimiento, y capaz de conseguir un crecimiento económico sostenible con más y mejores trabajos, así como una mayor cohesión social",

PROPONEN

1. Que el Patrimonio Cultural ha de dejar de percibirse como una carga abordable exclusivamente en época de excelencia económica, pues tiene un valor esencial e intrínseco, y ha de ser considerado un activo no renovable que tanto las administraciones como los ciudadanos deben concebir como un Servicio Público básico y de atención obligatoria, un derecho fundamental para su bienestar y desarrollo, y necesario siempre para la cohesión social en un entorno multicultural.
2. Que desde esta perspectiva, es necesario poner en marcha una estrategia de socialización de los valores del patrimonio cultural, que arrancando desde las primeras etapas de la educación, y durante todos sus periodos, garantice el necesario conocimiento y accesibilidad universal a los bienes y servicios que integran el sector de la cultura.



3. Que las actividades destinadas a la conservación, restauración y gestión de los bienes que integran el Patrimonio Cultural constituyen una red de elementos capaces de dinamizar la economía de nuestros países en ventaja competitiva con otras actividades sometidas en mayor medida a los ciclos y coyunturas que se producen periódicamente. Se trata además de un sector integrado mayoritariamente por Pequeñas y Medianas Empresas, que constituyen un fuerte tejido económico y social.
4. Que ha resultado evidente que este sector económico alternativo a otros modelos preponderantes es capaz de crear empleo estable, especializado, de calidad y no deslocalizable; estas políticas económicas se configuran por lo tanto como una inversión pública y privada de elevado índice de rentabilidad social.
5. Que es necesario reconocer el impulso que estas actividades ejercen en el avance y transferencia de la Investigación, Desarrollo e Innovación, tanto a través de las nuevas tecnologías aplicadas a la conservación, restauración y difusión como del esfuerzo por aportar nuevos modelos, sostenibles y eficientes, de gestión del patrimonio.
6. Que el Patrimonio Cultural constituye un valioso e insustituible recurso como elemento revitalizador de las ciudades y los territorios, capaz de mejorar la calidad de vida de los habitantes, de catalizar las inversiones y en la creación de marcas-territorio. Este recurso se muestra especialmente necesario para el desarrollo de territorios periféricos y afectados por procesos de despoblación.
7. Que la inversión de los distintos agentes económicos en los bienes del Patrimonio Cultural favorece la integración de la sociedad europea dentro de su variedad, fomentando la identidad y el sentido de pertenencia de cada uno de los pueblos, así como difundiendo valores sociales que han caracterizado históricamente nuestra Comunidad: tolerancia, democracia, diversidad y pluralismo.

Y en consecuencia de todo ello, quienes suscriben este Acuerdo, se comprometen, dentro de sus respectivos ámbitos de actuación y de sus propias



competencias, a difundir en la mayor medida posible estos principios, así como a impulsar y fomentar todas aquellas estrategias tendentes a mantener e incrementar el mayor índice posible de inversión en todas las actividades que integran el sector del Patrimonio Cultural, por considerarlo un sector estratégico y de oportunidad para el desarrollo presente y futuro que no debe desaprovecharse.

Igualmente proponen constituirse en grupo estable de trabajo como red europea para el conocimiento y difusión del papel del Patrimonio Cultural en la Economía. Esta red se plantea abierta a la incorporación de aquellas instituciones y expertos que así lo soliciten.

La Consejera de Cultura y Turismo de la Junta de Castilla y León

Directora del Institut Royal du Patrimoine Artistique. Bélgica.



M^a José Salgueiro Cortiñas



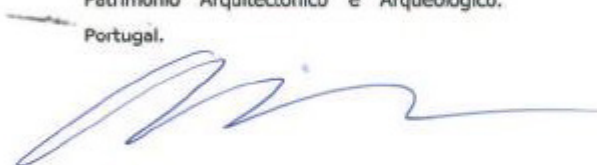
Myriam Serck- Dewaide.

Subdirector General de Patrimonio Cultural de Cataluña. España.

Subdirectora del Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Portugal.



Manel Rueda Torres



Andreia Galvao

Director Fundación Santa María La Real.
Aguilar de Campoo.



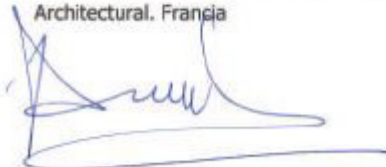
Juan Carlos Prieto

. Directora de Patrimonio Cultural. Labein-
Tecnalia. España.



Isabel Rodríguez- Maribona

Vicepresidenta de L'Association Européenne
des Entreprises de Restauration du Patrimoine
Architectural. Francia



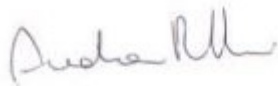
Marion Dedieu.

Gerente ARESPA. España.



Antonio Coronel.

Consigliere ASSOSRESTAURO



Andrea Rattazzi

Profesor de Economía Aplicada. Universidad
Complutense de Madrid. España



Juan Alonso Hierro

Profesor de Economía Aplicada. Universidad
Complutense de Madrid. España



Juan Martín Fernández.

CARTA DE VENEZA

Sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios

Preâmbulo

Imbuídos de uma mensagem do passado, os monumentos históricos perduram até aos nossos dias como testemunhas vivas das tradições de várias gerações. Os povos tomam-se cada vez mais conscientes da unidade dos valores humanos e consideram os monumentos antigos como património comum. A responsabilidade colectiva de os proteger para as gerações futuras é reconhecida. É nosso dever mantê-los com a riqueza da sua autenticidade.

É essencial que os princípios básicos da preservação e o restauro de antigos edifícios assentem num acordo de âmbito internacional, a partir do qual cada país se responsabilize pela sua aplicação no quadro das suas próprias cultura e tradições.

Ao definir estes princípios básicos pela primeira vez, a Carta de Atenas de 1931 contribuiu para o desenvolvimento de um amplo movimento internacional, que se materializou em documentos nacionais, no trabalho do ICOM e da UNESCO e, por fim, na criação de um Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro dos Bens Culturais. O desenvolvimento da investigação crítica visou enfrentar problemas gradualmente mais complexos e diversificados; chegou agora a altura de actualizar a Carta, de modo a definir melhor os princípios envolvidos e ampliar o seu âmbito num novo documento.

Assim sendo, o IIº Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de Maio de 1964, aprovou o seguinte texto:

Definições

Art. 1.º

A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Esta noção estende-se não só às grandes' criações mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural.

Art. 2.º

A conservação e o restauro dos monumentos constituem uma disciplina que apela à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental.

Objectivos

Art. 3.º

A conservação e o restauro dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte como o testemunho histórico.

Conservação

Art. 4.º

A conservação dos monumentos impõe em primeiro lugar uma manutenção permanente dos mesmos.

Art. 5.º

A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade: esta afectação é pois desejável mas não pode nem deve alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É assim dentro destes limites que se devem conceber e que se podem autorizar as adaptações tornadas necessárias, exigidas pela evolução dos usos e dos costumes.

Art. 6.º

A conservação de um monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala. Quando ainda exista o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, e qualquer construção nova, qualquer destruição ou qualquer arranjo susceptível de alterar as relações de volume e cor devem ser proscritos.

Art. 7.º

O monumento é inseparável da História — da qual é testemunho — e também do meio em que está situado. Por conseguinte, a deslocação do todo ou de uma parte de um monumento não pode ser tolerada, a não ser no caso em que a salvaguarda do monumento o exija, ou quando razões de um grande interesse nacional ou internacional o justifiquem.

Art. 8.º

Os elementos de escultura, pintura ou decoração que fazem parte integrante de um monumento não se podem separar dele senão quando esta seja a única medida susceptível de lhes assegurar a conservação.

Restauro

Art. 9.º

O restauro é uma operação que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos (ou seja pela antiguidade e pela autenticidade). O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição; numa reconstituição, qualquer trabalho

complementar, que se reconheça indispensável por causas estéticas ou técnicas, fica condicionado a uma conciliação ou harmonia arquitectónica (continuidade) e terá que acusar a data da intervenção (modernidade). O restauro será sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Art. 10.º

Sempre que as técnicas tradicionais se revelem inadequadas, a consolidação de um monumento pode ser assegurada com o apoio de todas as técnicas modernas de conservação e de construção cuja eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida pela experiência.

Art. 11.º

Os contributos válidos das diferentes épocas referentes à edificação de um monumento devem ser respeitados, não sendo a unidade de estilo um objectivo a alcançar no decurso de um restauro. Quando um edifício contiver vários estilos sobrepostos, a eleição de um desses estilos, em detrimento dos restantes, não se justifica, a não ser excepcionalmente, na condição de que os elementos eliminados tenham pouco interesse, que o conjunto de elementos subjacentes a esse estilo constitua um testemunho de alto valor histórico, arqueológico ou estético, e que o seu estado de conservação seja aceitável. O julgamento sobre as eliminações a efectuar não pode depender unicamente da opinião do autor do projecto.

Art. 12.º

Os elementos destinados a ocupar as falhas existentes devem integrar-se harmoniosamente no contexto, tendo que se distinguir das partes originais, a fim de que o restauro não falseie o documento de arte e de história.

Art. 13.º

Os acrescentes não podem ser tolerados a não ser que respeitem todas as partes interessantes do edifício, o seu quadro tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas relações com o meio envolvente.

Sítios Monumentais

Art. 14.º

Os sítios monumentais devem ser objecto de cuidados especiais a fim de salvaguardar a sua integridade e assegurar a sua sanidade, organização e valorização. Os trabalhos de conservação e de restauro que forem efectuados nos sítios monumentais devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.

Escavações

Art. 15.º

Os trabalhos de escavação devem executar-se em conformidade com normas científicas e com a "Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a Aplicar em Matéria de Escavações Arqueológicas", adoptada pela UNESCO em 1956. O ordenamento das ruínas e as medidas necessárias à conservação e à protecção permanente dos elementos arquitectónicos postos a descoberto serão assegurados. Além disso, todas as iniciativas serão tomadas no sentido de facilitar a compreensão do monumento sem nunca desvirtuar o seu significado. Todo o trabalho de reconstrução deverá, no entanto, ser excluído à partida; somente a anastilose (recomposição das partes existentes mas desmembradas) poderá ser encarada. Os elementos de integração serão sempre reconhecíveis e representarão o mínimo necessário para assegurar a conservação do monumento e restabelecer a continuidade das suas formas.

Documentação e Publicação

Art. 16.º

Os trabalhos de conservação, de restauro e de escavação serão sempre acompanhados pela compilação de uma documentação precisa de desenhos e de fotografias. Todas as fases de trabalho de selecção, de consolidação, de integração, assim como os elementos formais e técnicos identificados no decorrer dos trabalhos serão anotados. Esta documentação será guardada nos arquivos de um organismo público e colocada à disposição das pessoas que a quiserem consultar e a sua publicação é recomendada.

Participaram no Comité que redigiu a Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos:

Piero Gazzola (Itália), Presidente

Raymond Lemaire (Bélgica), Secretário

Jose Bassegoda-Nonell (Espanha)

Luis Benavente (Portugal)

Djurdje Boskovic (Jugoslávia)

Hiroshi Daifuku (UNESCO)

P.L de Vrieze (Holanda)

Harald Langberg (Dinamarca)

Mario Matteucci (Itália)

Jean Merlet (França)

Carlos Flores Marini (México)

Roberto Pane (Itália)
S.C.J. Pavel (Checoslováquia)
Paul Philippot (ICCROM)
Victor Pimentel (Perú)
Harold Plenderleith (ICCROM)
Deoclecio Redig de Campos (Vaticano)
Jean Sonnier (França)
Francois Sorlin (França)
Eustathios Stikas (Grécia)
Mrs. Gertrud Tripp (Áustria)
Jan Zachwatovicz (Polónia)
Mustafa S. Zbiss (Tunísia)

DECLARAÇÃO DE VIENA/09

UM INCENTIVO AO PATRIMÓNIO EM PERÍODO DE RECESSÃO ECONÓMICA

O 4.º Encontro do Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património (FERP), que reuniu 28 países em Viena, em Maio de 2009, apela a todos os Governos nacionais no sentido de reconhecerem o papel fundamental do património no desenvolvimento e implementação de políticas de recuperação económica sustentável, à semelhança dos exemplos de França, Luxemburgo, Holanda, Noruega e Eslováquia.

O património cultural tem um contributo essencial a dar à Europa, não apenas pela sua importância no passado, mas pelo papel primordial que terá no futuro.

Tudo leva a crer que, a longo prazo, o investimento em património constitui uma solução sustentável de sucesso garantido para fazer face à recessão económica. Sabe-se que o investimento no restauro, ou na recuperação de edifícios e sítios históricos, gera postos de trabalho, relançando a economia, ao contrário da construção de novos edifícios; que o património se encontra no seio das comunidades, estimulando a coesão social, bem como o sentido de identidade e de pertença a um lugar.

O património faz-nos sentir em casa.

O incentivo ao Património encontra-se activo em três áreas fundamentais:

- **Económica:** a reabilitação/restauro/conservação histórica requerem uma grande quantidade de mão-de-obra e conduzem à criação de postos de trabalho, particularmente nas pequenas e médias empresas. Os subsídios ao sector público e incentivos fiscais na área do património atraem o investimento do sector privado a um rácio que poderá atingir 1:7. O investimento em património produz um impacto directo no crescimento do turismo cultural que, por sua vez, conduz a benefícios económicos e sociais a longo prazo.
- **Ambiental:** é ponto assente que os materiais, bem como as técnicas de construção tradicionais são amigos do ambiente. A recuperação de edifícios históricos não só preserva a energia incorporada e os recursos materiais utilizados no passado, como minimiza a produção de materiais novos, mais caros e potencialmente mais prejudiciais do ponto de vista ecológico.
- **Sociocultural:** a tomada de consciência e interesse pelo património continuam a aumentar, indiferentes à incerteza económica: as pessoas preocupam-se com o património. A história e o património estão instintivamente associados ao sentido de identidade local, nacional e mundial. A partilha do património é uma componente chave da coesão social e do sentido de comunidade e de integração. Os lugares históricos constituem um factor importante em termos de qualidade de vida, sendo o património uma das principais razões que levam à escolha do local de residência e de trabalho.

O FERP recorda aos governos os compromissos que assumiram em convenções internacionais de protecção do património cultural e o seu dever de assegurarem que as políticas nacionais, incluindo as políticas de recuperação económica, exerçam um efeito positivo no património.

Considerando os benefícios do investimento em património a curto e longo prazo, o FERP apela à inclusão de um orçamento específico para a conservação/reabilitação de edifícios e sítios históricos nas políticas nacionais de recuperação económica, na medida em que o património é um instrumento eficaz no relançamento da actividade económica e na criação de emprego.



FUNDAÇÃO
Ricardo
do Espírito
Santo Silva.